



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 27 DE ABRIL DE 2018

----- No dia vinte e sete do mês de abril do ano de dois mil e dezoito reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente Jorge Magalhães e secretariada por Maria Lurdes de Castro e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;-----
- 2 - Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----
- 3 - Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017; -----
- 4 - Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2018; -----
- 5 - Aprovação para Assunção de Compromissos Plurianuais para Aquisição de Serviços de Transportes Escolares, em Transporte Coletivo de Passageiros (passes escolares) para o ano letivo de 2018/2019; -----
- 6 - Aprovação da Nomeação do Conselho Municipal de Educação; --
- 7 - Aprovação do Processo de Delimitação Administrativa - Lodares - Penafiel (anteriormente freguesia de Novelas); -----
- 8 - Aprovação da Renovação do Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém para "Gestão e Manutenção da Mata de Vilar"; -----
- 9 - Aprovação da Renovação do Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém para "Gestão e Manutenção do Parque de Vilar"; -----
- 10 - Aprovação da Adenda ao Acordo de Execução de "Obras e Melhoramentos da Rede Viária e Espaços Públicos" celebrados com as Juntas de freguesia do concelho; -----
- 11 - Aprovação da Alteração das Normas de Controlo Interno e Normas de Execução do Orçamento de 2018; -----
- 12 - Aprovação da Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública - Aditamento ao Mapa de Pessoal; ----
- 13 - Aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Macieira - Construção da Casa Mortuária; 14 - Aprovação da atribuição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

um subsídio à Junta de Freguesia de Sousela - Reparação da Cobertura da Casa Mortuária; -----

----- 15 - Conhecimento da Revogação do Reconhecimento de Estatuto de "Projeto de Interesse Municipal" - Famo - Indústria de Mobiliário de Escritório, Lda.; -----

-----16 - Conhecimento do Relatório de Execução Orçamental e Financeira da 4.^a Trimestre de 2017 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda.; -----

----- 17 - Conhecimento dos Documentos de Instrumentos de Prestações de Contas do ano de 2017 -Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda.; -----

----- 18 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa; b) Comissão de Acompanhamento da Ação Social. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: João Pedro Bessa Leite de Carvalho em substituição do membro efetivo Júlia Maria Ferreira Ribeiro, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, Pedro Teixeira Mendes em substituição de António José Pacheco Mendes, José Bernardino Pinto Nogueira, Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim, João Carlos Pinto Correia, António Filipe Cardoso Barbosa, Sandra Maria Ferreira Teixeira, João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Eduarda Filipa Pereira Ferreira, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, Maria do Céu Vieira da Rocha, José Manuel Teixeira Gonçalves, Luís Filipe Gonçalves Oliveira, Jorge Manuel Dias Furtado, Rúben João Pinto Bessa, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Maria José Pacheco Meireles, Antero de Sousa Correia, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Paulo Abílio Teixeira dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Dora Manuela Moreira da Rocha Santos substituta legal de Eduardo Augusto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e quatro membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Cristóvão Simão Ribeiro, Cristina Moreira, Sandra Maria Silva e António Augusto Silva. -----

----- O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar a Assembleia que Dora Manuela Moreira da Rocha Santos, substituta legal do senhor presidente de Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem que comunicou uma ausência por um dia, Pedro Teixeira Mendes, substitui o membro efetivo António José Pacheco Mendes que comunicou uma ausência por dez dias e João Pedro Bessa Leite de Carvalho, substitui o membro efetivo Júlia Maria Ferreira Ribeiro que comunicou uma ausência por três dias -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga. --
----- De seguido foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, que foi aprovada por trinta e quatro votos e uma abstenção do seguinte membro: João Pedro Bessa Leite de Carvalho, em substituição do membro efetivo Júlia Maria Ferreira Ribeiro.-----

----- De seguida foi apresentada a proposta número catorze do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do senhor Presidente da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (St. Estevão) Armando da Costa Silva” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Assembleia, passou-se de seguida à votação da proposta número catorze, que foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- De imediato foram apresentadas três Moções, duas pelo Grupo Municipal PPD-PSD, a Moção “A” do seguinte teor: “ Considerando a medida de atribuição de bilhetes para o Rally de Portugal, iniciada no ano anterior pelo executivo municipal, e a decisão de a manter, com alteração de procedimentos, entende o grupo municipal PPD-PSD, ao abrigo do Regimento desta Assembleia Municipal, que: Deve a Câmara Municipal proceder, por uma questão de equidade de tratamento para todos o jovens estudantes lousadenses, estender a atribuição de bilhetes a todos os jovens estudantes lousadenses independentemente de frequentarem o ensino básico, secundário ou superior num estabelecimento de ensino no concelho de Lousada. Mais, deve salvaguardar que a atribuição dos bilhetes aos estudantes não promova o absentismo escolar.” -----

----- Intervenção da Sr.^a Maria Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «Digníssima Mesa da Assembleia, senhores vereadores, senhores deputados, público aqui presente e comunicação social. Trazendo nós aqui esta moção, cabe à coligação Lousada Viva dizer o seguinte: um preâmbulo, a coligação Lousada Viva, nunca foi contra a entrega de vouchers, bilhetes, a qualquer aluno ou convidado a assistir ao Rally de Portugal, que consideramos ser a marca de “Lousada”. No ano passado, o propósito da entrega destes bilhetes ou vouchers, pareceu-nos que foi uma estratégia de marketing político, pois estávamos nas vésperas da campanha eleitoral. Por outro lado, foi da nossa parte reprovável a atribuição e distribuição desses mesmos bilhetes, dentro da Escola Secundária de Lousada. O senhor presidente da Câmara, fotografando e registando jovens, sem consentimento, nem autorização prévia dos encarregados de educação. Sendo assim, esse foi o nosso motivo de indignação. Posto isto, e porque consideramos que faz todo o sentido que a marca “Lousada” seja vendida, nacional, internacionalmente, inclusivamente para os nossos concidadãos, consideramos que, devem ser realmente atribuídos os vouchers criteriosamente. E criteriosamente, entendemos nós, que não seja entregue dentro de salas de aula, interrompendo aulas, para que os mesmos sejam entregues aos alunos. Posso dizê-lo que aconteceu na minha aula, tive que interromper a aula, para facultar aos meus alunos, o propósito da entrada de um funcionário da escola secundária, na sala de aula. Interrompendo a atividade pedagógica,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para fazer a distribuição de um voucher ou de uma inscrição, de uma putativa inscrição, para os meninos levarem para casa, recolherem o consentimento para participar neste rally, na assistência deste rally, sem que, entendemos nós, tenha isto, motivações pedagógicas. Assim, cabe-nos, a nós, solicitar com esta moção que se estenda, por uma questão de equidade, a todos os alunos, estudantes, quer em Lousada, quer fora de Lousada, quer no ensino superior, um voucher. Para que todos tenham de forma equitativa, a possibilidade de participar nesta grande atividade que é uma marca do concelho de Lousada. Termino dizendo que, fica mal, não é pedagogicamente correto, promover dentro de uma sala de aula e dentro de uma escola, o absentismo. Não é este o propósito, não está aqui o senhor vereador da educação, mas gostava que ele me ouvisse, terá conhecimento pela ata. Não será este o propósito e não teria sido este o entendimento dele também enquanto diretor daquela escola, que se promovesse o absentismo, a falta às aulas. A equidade é ponto de ordem, que seja estendido a todos os alunos do concelho, que estudem nas escolas do concelho, fora das escolas do concelho e no ensino superior. E, termino dizendo o seguinte: tal como Martin Luther King o disse “O que mais me preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que mais me preocupa é o silêncio dos bons”.-----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha, do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, público aqui presente e comunicação social. Relativamente a esta Moção queria tecer dois pontos: Em primeiro lugar e fruto daquilo que foi sendo defendido nas reuniões que fomos tendo, acho que poderíamos, a partir de agora, ter algumas boas práticas, a implementar para situações futuras, nomeadamente este tipo de intenções, acho que é de todo pertinente termos acesso ao conhecimento destas moções. Com quarenta e oito horas de antecedência, por exemplo, para que possamos, também nós, ponderar sobre elas e tomar uma decisão que seja coerente com a vontade de todos e que manifeste o interesse de todos. Relativamente à questão em causa, que tem a ver com a atribuição dos vouchers, como devem imaginar e bem, vocês vieram aqui defender a possibilidade de serem atribuídos esses vouchers a todos. Ora, se em tempos consideraram isto uma medida de campanha política, a mim parece-me que isto é claramente uma medida populista. Isto por uma simples situação, certamente que seria inoportuno para a autarquia facultar estes vouchers a todo este público. Sabem certamente o número de jovens que estão envolvidos? E depois há uma questão de responsabilidade. Defender



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para o básico, com que critério? Com que critérios é que se atribui este tipo bilhete para alunos do nível básico, quando nós sabemos que eles têm catorze anos? É com autorização do encarregado de educação, é certo. Pergunto eu e agora já que falaram dos próprios alunos, acham que os vossos alunos terão todos, maturidade, até ao nono ano, para se deslocarem até à pista da Costilha, ainda que com a autorização do senhor encarregado de educação, para uma situação destas? Pois, lamento que por uma questão populista se defenda este tipo de questões. Há aqui uma situação que de facto concordo, alunos lousadenses que estejam a estudar fora, até vejo com bons olhos, porque não deixam de ser lousadenses e por algum motivo tiveram que se deslocar para outra escola, para frequentar o curso que pretendem. E, aí sim, parece-me de todo pertinente. Creio que o senhor presidente deve ter uma palavra a dizer sobre o assunto, não sei se se pode ter acesso à listagem desses alunos que estão fora. Portanto, deve haver aí certamente medidas de entrega destes convites, vamos chamar-lhes assim. Acho que já chegamos a consenso em outras situações e creio que chegaremos a consenso em outras. Eu pedia por favor que quando surgisse este tipo de moções, até para que possamos apurar, por exemplo, o critério de atribuição destes vouchers, se possa ter acesso às vossas intenções, porque assim como temos capacidade de conversação noutros temas, também poderemos ter neste.»-----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O Martin Luther King deve estar às voltas no túmulo, por o citarmos numa questão destas. Mas deixem-me dizer-lhes uma coisa, então porque é que não oferecemos os bilhetes a toda gente. Vão todos os lousadenses de graça. Qual é o critério? E já agora outra coisa que nesta moção, se quiserem vir aqui defender por mim tudo bem, não há nenhuma universidade em Lousada, há a sénior, mas esses também estão no critério, estão na universidade. Eu não sei como é que a malta que está a estudar no Porto e em Lisboa como é que vem para cá sem abster, sem isto redundar no absentismo. Se eles quiserem vir por eles, tudo bem. Agora, é muito mais fácil uma pessoa deixar de ir às aulas, porque tem um bilhete de graça do que se o tiver de comprar, isso também é inegável. Agora digam-me como é que isso não é populista.» -----

----- Intervenção da Sr.^a Maria Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «O que vinha aqui dizer é o seguinte: nós só pedimos na realidade que se regule. E quanto à questão do populismo senhor deputado João Correia, populista foi o senhor. O que lhe quero dizer é que, alunos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quer do nono, do décimo, do décimo primeiro, do décimo segundo e universitários, todos eles vão ter que se transportar por meios próprios para a pista da Costilha. Não sei se já reparou que o autocarro sai das escolas às seis e meia e a última prova é às sete. Está a imaginar como é que eles vão, mesmo aqueles que aceitarem a inscrição. Regulamente-se é só isso que nós vimos pedir.» -----

----- Intervenção da Sr.^a Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Só queria colocar uma questão sobre os bilhetes. É que de facto agora surgiu-me aqui uma dúvida, hoje o funcionário que foi entregar as inscrições na minha aula, passou a mensagem que se os alunos do secundário não utilizassem o voucher, que podiam cedê-lo aos alunos do nono ano ou outros alunos do terceiro ciclo que quisessem ir. Por acaso fiquei espantada, porque tinha a impressão que só era para os alunos do secundário. Queria saber se realmente é verdade, porque alguns alunos do nono ano ficaram muito felizes e agora ouvi dizer que era só para o secundário. Só queria que me dissessem se sim ou se não, para ficar com essa certeza.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Atendendo que esta é a minha primeira intervenção, gostava só de cumprimentar todos os eleitos para este mandato, em especial o Dr. Jorge Magalhães e o Dr. Pedro Machado, enquanto cabeça das listas vencedoras dos órgãos municipais. Senhores deputados, o Grupo Municipal do CDS-PP, concorda com o teor da moção apresentada pelo grupo PPD-PSD, contudo temos algumas reservas face aquilo que seria a dotação orçamental necessária para executar esta medida, razão pela qual concordamos que poderá ser necessário e poderia ser interessante discuti-la entre reuniões dos líderes dos grupos parlamentares. Algo que o CDS tem apelado recorrentemente e que tem produzido bons resultados como a moção que será seguidamente reproduzida. Por essa razão o Grupo Municipal do CDS – PP vai abster-se na votação desta moção» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Acho útil prestar aqui alguns esclarecimentos. Confesso que fiquei surpreso com esta moção que, na minha opinião, não passa de uma tentativa de aproveitamento político. Nós no ano passado, quando avançamos com a medida de distribuir vouchers pelos alunos do ensino secundário, articulamos essa medida com duas entidades que são fundamentais neste processo, o Clube Automóvel de Lousada e o ACP. Medimos todos os efeitos, todos os prós e todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

contras, antes de avançar com essa medida. E por isso, qualquer alteração nesse contexto passará por aí e já não será viável para este ano, porque já está no terreno essa medida. É evidente que, por exemplo, no que respeita à questão dos alunos que se viram obrigados a ir para outra escola fora do concelho, porque não têm aqui a oferta educativa que eles desejam, parece-me bem. Mas, por exemplo, incluir o ensino básico acho um disparate. Qual seria a idade mínima, iríamos até ao ensino primário? Se bem percebi, na moção refere-se o ensino básico. Acho que é uma incongruência de todo o tamanho, enfim, por um lado dizer que estão preocupados com o absentismo, e por outro lado estarem a propor um alargamento da medida ao ensino básico. Relativamente ao ensino superior, já aqui foi dito que a maior parte dos nossos alunos estão longe. De qualquer modo não tenho nenhuma reserva, não sou determinantemente contra, podemos avaliar, mas temos sempre que articular isso com os nossos parceiros e não creio que seja sequer possível para este ano. De qualquer modo as coisas estão muito claras, o que este ano decidimos foi pedir às escolas que colaborassem neste trabalho, entregar a cada um dos alunos, de cada turma, uma autorização que tem que ser subscrita pelos respetivos encarregados de educação. E depois a Câmara não tem nada que se intrometer. Esse é um problema dos encarregados de educação e da escola. A Câmara tem é que garantir a igualdade de tratamento para todos os alunos, e por isso é que todos os alunos que frequentam o ensino secundário têm acesso a esse voucher. Se a escola ou os pais permitem isso, ou não, já não é um problema nosso. Na minha perspetiva, não há aqui nada a regulamentar. Para alargar ou não, isso tem que ser devidamente ponderado, não é uma decisão que se deva tomar assim de ânimo leve, num espaço de dez minutos ou quinze, aqui no âmbito da discussão desta moção. Portanto acho que tem que ser devidamente ponderado.» -----

----- Moção “A” do Grupo Municipal PPD-PSD foi reprovada por dezanove votos contra dos seguintes membros: Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, José Bernardino Pinto Nogueira, João Carlos Pinto Correia, Sandra Maria Ferreira Teixeira, João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca, Eduarda Filipa Pereira Ferreira, Maria do Céu Vieira da Rocha, Luís Filipe Gonçalves Oliveira, Rúben João Pinto Bessa, Maria José Pacheco Meireles, Antero de Sousa Correia, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de freguesia de Lodares, Paulo Abílio Teixeira dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Dora Manuela Moreira da Rocha Santos, substituta legal de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, duas abstenções dos seguintes membros: Pedro Teixeira Mendes em substituição do membro efetivo António José Pacheco Mendes e Alexandra de Fátima Teixeira Bessa e catorze a favor. -----

----- Com declaração de voto dos seguintes membros:-----

----- Maria do Céu Rocha, do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O nosso voto é contra, no sentido em que esta moção simplesmente defendia, bilhetes para todos, e não pede regulamentação. O que esta moção diz é que tem de haver para todos, não diz que este tipo de medida carece de regulamentação. Isso vieram cá dizer depois, não está redigido na própria moção. Portanto, para que as moções possam ser cada vez mais, melhor instruídas e do conhecimento de todos, pedia que efetivamente a partir de agora pudéssemos conversar e ter conhecimento sobre elas.» -----

----- Maria Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «A nossa votação é a favor, porque é uma moção que propõe a todos a equidade de acesso a uma atividade universal. É a promoção de Lousada. É a regulamentação ou pedido de regulamentação que está implícito aqui, depois da aprovação ou não, como não foi aprovada não se regula. Contudo não se esqueçam que é uma incitação ao absentismo. Atenção que as faltas não vão ser justificadas. Como tal fica ao critério dos pais, a autarquia sai-se bem na fotografia, porque não tem nenhuma responsabilidade, nem nos seguros de transporte, nem responsabilidade política, vejam bem. Está a incentivar a falta.» -----

----- E a moção “B” do seguinte teor: “Considerando os recentes desenvolvimentos e notícias que apontam para um possível prolongamento do prazo de vida do Aterro Sanitário de Resíduos Urbanos de Lustosa; Assumindo que todos os concelhos da Associação de Municípios do Vale do Sousa, com particular relevo o Município de Lousada, sempre defenderam o princípio da rotatividade; Certos dos sacrifícios e Prejuízos ambientais já impostos às populações e constatando que qualquer decisão de prolongamento passará sempre, em última instância, pela aprovação da Câmara Municipal de Lousada que, neste momento, assegura uma solução provisória para o concelho de rutura do atual aterro. Ao abrigo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Regimento desta Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PPD-PSD, apresenta a esta Assembleia a seguinte moção: Deve a Câmara Municipal reafirmar, desde já, a defesa inequívoca do princípio de rotatividade e a indisponibilidade para aprovar qualquer projeto que assuma o fim deste princípio e o prolongamento de vida do atual aterro. Mais, deve encetar, desde já, todos os meios disponíveis para iniciar o processo de rotatividade com o encerramento do atual aterro.” -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Excelentíssimo presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores e vereadoras e excelentíssimos membros desta Assembleia. Há muitos anos, quando os membros desta Assembleia votaram favoravelmente a criação de um aterro de resíduos sólidos urbanos na freguesia de Lustosa, fizeram-no com coragem e assumindo uma atitude de responsabilidade e solidariedade na resolução de um problema, um grave problema não só do concelho de Lousada, mas também de outros municípios vizinhos. Esta decisão assentou em princípios e compromissos básicos que ainda hoje se aplicam na construção de novos aterros: Primeiro, garantia de mínimo impacto ambiental; segundo, prazo de vida limitado no tempo; terceiro, devolução dos terrenos às populações e quando possível construção de equipamentos para utilização pública. Hoje, já sabemos e aqui já foi dito várias vezes e confirmado nesta Assembleia, que a questão ambiental nem sempre foi cuidada da melhor forma, pois os lixiviados foram lançados durante anos a fio apenas com tratamento primário. Isto como se sabe provocou um impacto ambiental, ainda hoje, difícil de quantificar. Além disso reforço uma vez mais aquilo que já afirmei aqui em Assembleias anteriores, o cheiro é muitas vezes, demasiadas vezes, nauseabundo. O prazo de vida limitado no tempo, assegurado pelo princípio da rotatividade, já foi desrespeitado com a construção de novos alvéolos e este princípio, procurava evitar que se perpetuem os impactos ambientais sempre inerentes à construção destes equipamentos e também que não se perpetuem em outras consequências negativas, como é o caso dos maus cheiros. Por fim, a devolução dos terrenos à população, assegura o fim de um impacto ambiental negativo e de um impacto no visual negativo. Quando se fala de um prolongamento de vida do aterro de Lustosa, esquecem-se estes princípios e estes compromissos básicos que foram assumidos. E uma vez mais esquecem-se também as legítimas expectativas que foram criadas na população. Aquilo que tem sido publicado em imensa imprensa regional, aponta para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

prolongamento que parece beneficiar sobretudo a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, que desta forma evita, uma vez mais, não só o possível descontentamento da população do seu concelho, mas também um avultado investimento na aquisição e construção de um novo aterro. Se é verdade que isto já foi desmentido pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, também não deixa de ser verdade que novos passos não são dados. Diante disto e sabendo que qualquer prolongamento terá de passar, necessariamente em última instância pela aprovação desta Assembleia e do Município de Lousada, emerge apenas uma única solução, defender de forma inequívoca o princípio da rotatividade e a impossibilidade absoluta de qualquer outro prolongamento, pois como já se afirmou aqui em Assembleias anteriores e também em declarações em diferentes órgãos de imprensa regional: nós, Município de Lousada já encontramos uma situação para o nosso Município. Agora, caberá a Paços de Ferreira encontrar o local exato para construir o aterro, conforme ficou deliberado. Esta não é uma Moção surpresa, nem esta defesa é uma surpresa. Aliás, é uma Moção datada e uma defesa datada, 29 de abril de 2011. É a ata de 29 de abril de 2011, foi aprovada esta Moção, nesta Assembleia, por unanimidade. Foi há sete anos ou melhor fará sete anos daqui a dois dias. Passaram sete anos e tudo se mantém mais ou menos igual. É melhor fazer uma correção, sete anos depois as coisas estão pior, muito pior, perguntem às populações de Lustosa, às populações de Sousela, às populações de Santo Estevão, sete anos volvidos, esta é uma constatação, as coisas estão pior. Eu sei que virão aqui dizer que esta Moção foi aprovada aqui por unanimidade e que posteriormente numa reunião do executivo esta Moção não foi acatada numa votação dos vereadores, e que foram os vereadores do PSD, da Coligação na altura que num acordo votaram favoravelmente e outros não assumindo aquilo que tinham negociado se abstiveram, assacando as responsabilidades exclusivamente à vereação da Coligação. Se isto não for verdade, estarão aqui exatamente as mesmas pessoas e eu interpelá-las-ei diretamente para que se esclareça se foi assim ou não. Mas há uma coisa que é importante neste momento e isto neste momento é o menos importante. Já se cometeram demasiados erros nesta questão, mais, já se ultrapassaram demasiadas vezes aquilo que é os compromissos com as nossas populações, as do concelho de Lousada, para defender, quem? A pergunta é: Para defender, quem? Estamos a defender uma coisa que foi prometida e assumida desde o princípio. O princípio da rotatividade. O princípio da rotatividade para salvaguardar o Município de Lousada, para salvaguardar as nossas populações. Por isso há um momento de dizermos, “já demos para o peditório”, desculpem a expressão, mas é mesmo assim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Lousada, Lustosa, Santo Estevão, Sousela, todos, “já demos para o peditório”. É altura de todos assumirmos isto. Eu sei que há muitos interesses. Todos nós sabemos que há muitos interesses, cada vez mais interesses à volta da questão do lixo, não só da recolha, como do tratamento e daquilo que nós lhe fazemos a seguir. É uma questão grave, que envolve milhões de euros, eu sei que estou a falar de uma questão que envolve milhões de euros. Mas nós, “já demos para o peditório.» -----

----- Intervenção do Sr. Armando Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão): “Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas e estimado público. Senhor presidente estou a favor desta Moção do Aterro, porque nunca me passou pela cabeça que iríamos ver mais obras no aterro. É verdade, isto arrepia, Lustosa está em sobressalto, pensávamos que a Câmara nos iria ajudar, fazendo com que o aterro fosse para Paços, que é o local falado há muitos anos. Mas é verdade que agora com as obras deixam-nos muito tristes. O aterro, que era para cinco anos, que era para dez anos e depois para vinte anos. E que neste momento vê-se uma maratona de obras. Já fui contactado para colocar mais quinze ecopontos e isso deixa-me enquanto presidente de Junta de Lustosa, desiludido, isto é uma surpresa, nunca pensei na minha vida que ia passar por isto. Mas acredito nas capacidades do senhor presidente de Câmara, sabendo que o senhor presidente de Câmara faz parte da Associação de Municípios, acho que o senhor presidente, mais do que ninguém, em primeira mão, estará e poderá estar em defesa de Lustosa. Tenho conhecimento absoluto e da forma que as coisas funcionam, muita coisa passa pela Associação de Municípios, deixo aqui o pedido, senhor presidente debruce-se sobre o acontecido e o que está a acontecer e veja o que é que pode fazer por Lustosa, em relação ao aterro. Termina com a questão: por quanto tempo mais, iremos ter o aterro em Lustosa?» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente de Câmara: «Se me permitem prestar aqui alguns esclarecimentos, para que todos possam votar em consciência. Eu vejo com bons olhos que haja uma Moção sobre este assunto. Mas acho que essa Moção devia ser uma Moção conjunta. Se há assuntos onde nós devemos estar unidos, é este. Portanto deixava aqui um repto para que a proposta seja, melhor fundamentada, para dar força à Câmara Municipal na posição que tenho tomado em todos os fóruns. Já a tomei na comunicação social, na reunião de Câmara, tenho tomado nas reuniões da Associação de Municípios. Portanto acho que era útil se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

houvesse essa disponibilidade para haver aqui um consenso quanto aos termos e à fundamentação dessa Moção. E a Câmara pode também dar contributos nesse sentido. Não obstante queria fazer aqui alguns esclarecimentos. Eu tenho acompanhado as notícias sobre esta matéria e não vi nenhuma notícia que indicie o prolongamento da vida útil do aterro, nada disso. O que há aqui de novo, que pode estar a gerar confusão neste momento são as obras de modernização da estação de triagem. Essa estação de triagem tem de facto um investimento avultadíssimo de quatro vírgula seis milhões de euros e que incide sobretudo em equipamentos muito modernos que vão ter o melhor desempenho em termos da separação dos resíduos recicláveis. No caso em concreto, a estação de triagem de Lousada estará mais vocacionada, pelo tipo de equipamento que está a ser instalado, para o plástico e a outra estação de triagem, em Penafiel, ficará mais vocacionada para o outro material reciclável. Perguntarão, terá sentido estar a investir na estação de triagem quando o aterro está a terminar? Essa questão também eu a coloquei. Neste momento, como não existe ainda o novo aterro, ou se fazia aquela obra na estação de triagem, ou não se fazia, sendo certo que se ia desperdiçar fundos comunitários substanciais. Sendo certo também, que quando existir um novo aterro, que está previsto nascer em Paços de Ferreira, ter-se-á que se decidir se a estação de triagem continua onde está ou se é deslocalizada para o novo aterro. Isto porque a estação de triagem é inócua do ponto de vista ambiental, é como se fosse uma fábrica, sem problemas de ordem ambiental. E por isso, em abstrato, as duas estações de triagem de Lustosa e de Rio Mau, Penafiel, poderiam continuar onde estão, sendo que o refugo, porque sobra sempre qualquer coisa do processo de separação, seria encaminhado para o novo aterro. Essa é uma questão que depois se vai ter que se decidir, havendo também a possibilidade de deslocalizar essas estações de triagem para os novos aterros. Por isso, para que fique bem claro, este investimento que está a ser feito na estação de triagem não tem nada que ver com o prolongamento da vida útil do aterro. A questão que o senhor presidente da Junta referiu dos quinze ecopontos, não tem nada a ver com isso. É uma aposta na recolha seletiva. Aliás é obrigatório, nós temos metas europeias para cumprir e estamos a ser fortemente penalizados, porque temos que aumentar a recolha seletiva. No caso de Lousada, estamos a fazer um trabalho muito importante e gratificante, as pessoas aderiram imenso à nossa campanha do lixo sustentável, por isso temos essa necessidade de apostar, cada vez mais em ecopontos. Depois a outra questão: quanto tempo mais? As previsões são três ou quatro anos. E por isso está na hora de se trabalhar, a sério, neste dossiê. Não há reunião nenhuma na Associação de Municípios em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que eu não fale sobre o assunto. Já tive discussões muito desagradáveis com o meu colega de Paços de Ferreira e já o disse publicamente que se as posições tiverem que se estremar, estou disponível para isso, e inclusivamente, se for caso disso, sair da Associação de Municípios. Nós todos, os seis Municípios que compõem a Associação de Municípios, temos esta responsabilidade de conseguir resolver este problema, e é evidente que Paços de Ferreira tem aqui um papel central na solução, porque tem que honrar os compromissos que vêm do passado, e lembro que há dois mandados atrás fizeram-se dois estudos de localização dos novos aterros, para a zona norte e para a zona sul. Identificaram-se três locais possíveis no concelho de Felgueiras e nos concelhos de Paços de Ferreira e depois houve um sorteio e esse sorteio ditou que em cumprimento desse tal princípio da rotatividade, o próximo concelho a receber o aterro da zona norte será Paços de Ferreira e na zona sul o concelho de Paredes. E por isso é só honrar esses compromissos que estão devidamente assumidos. Portanto vejo com bons olhos que esta Assembleia construa uma Moção conjunta para que, enfim, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira perceba que a minha posição é corroborada por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia. Embora a minha posição, como devem entender é determinante, porque se eu não aceitar não há maneira nenhuma do aterro se prolongar, mas naturalmente que me sinto mais confortável ainda se esta matéria for uma matéria que reúna a unanimidade de todas as forças políticas e desta Assembleia. Portanto deixava aqui este repto para que ponderem construir uma moção conjunta, melhor fundamentada ainda do que aquela que foi lida aqui» -----

----- Intervenção da Sra. Eduarda Filipa Ferreira, do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados municipais e público aqui presente. O senhor presidente da Câmara acabou por responder a esta Moção e às questões que ela levanta. Obviamente, sendo eu deputada municipal e sendo eu lustosense, tenho aqui uma palavra a dar quanto a este assunto. Apenas dizer que é preocupação de todos os lustosenses e de todos os lousadenses, porque é uma questão que nos abrange a todos, as preocupações ambientais que decorrem do aterro. Estamos todos cientes dos problemas que daí advém e por isso mesmo fui sempre acompanhando o assunto com algum interesse, e nessa medida até pude ver que sempre foi posição desta Câmara e em particular do Dr. Pedro, dizer, afirmar, reiterar em todas as reuniões, em que surgiu esta questão e em todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Assembleias Municipais que jamais o aterro seria prolongado. Ou seja aquilo que aconteceu foi, efetivamente fez-se uma avaliação do aterro e com base na produção do biogás, a quota baixou e com base na redução de resíduos, o aterro prolongou a sua vida útil, nomeadamente até pelo aumento da reciclagem que muito louvo aqui nos lousadenses. E posto isto, pus-me a procurar alguma posição mantida pelo senhor presidente em anteriores Assembleias Municipais, até porque sou recente nisto, fui fazer o meu trabalho de casa e encontrei uma bem recente de 28/04/2017, em que foi indagado ao senhor presidente sobre esta questão, posso ler-vos por alto, aquilo que o senhor presidente respondeu, que vem reiterando a partir daí e já anteriormente sobre esta questão. “O aterro de Lustosa poderia já estar esgotado” diz o senhor presidente. Na verdade, na altura da última ampliação havia já essa previsão. Mas felizmente, por um lado, os nossos concidadãos começaram a produzir menos resíduos, situação que prolongou o tempo de vida do aterro. E infelizmente por outro lado porque tal decorreu da menor produção de resíduos a consequência da grave crise que assolou o País. O certo é que, neste momento a situação é que é expetável que o aterro ainda possa servir por mais três anos”. Isto em 2017, e tem mantido fortes discussões no âmbito da Associação de Municípios, ou seja enfim aqui a posição de Lousada, que foi sempre a mesma, que até causou aqui algumas quezílias no âmbito na Associação de Municípios e criou aqui até um ponto de rutura. Ou seja, ninguém quer receber o lixo, é um tema incomodo, ou seja nenhum dos municípios quer receber, mas está na altura de o receberem. Lousada já fez a sua parte, sempre fez a sua parte e reiterou isso. Chegou a um ponto que é necessário mudar e cumprir o tal princípio da rotatividade. Portanto, bem sei que até posso ser nova nisto, mas tenho sempre visto este executivo a cumprir a palavra que vem sendo dada. Penso que esta Moção vem trazer à discussão o mesmo que se tem vindo a discutir e a palavra do senhor presidente e de todo o executivo tem sido sempre a mesma. Quero crer que não será necessário afirmar mais do que tem sido afirmado na Associação de Municípios. E é essa a posição do Partido Socialista.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «O CDS, ao longo dos anos, já quando integrava a bancada da Lousada Viva, sempre olhou com preocupação para este assunto. É um tema que esta Câmara se tem debruçado em todos os mandatos e todos os anos, o tema do Aterro de Lustosa. Atendendo a esta preocupação, nós revemo-nos integralmente na Moção apresentada pelo PPD/PSD. Votaremos favoravelmente. Mas se assim, o Partido Social Democrata e o Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista, entenderem que é do superior interesse dos lousadenses, apresentar uma Moção conjunta, para revestir a Câmara Municipal do poder negocial e para mostrar ao concelho de Paços de Ferreira e aos restantes concelhos da Associação de Municípios, que nós temos uma palavra firme e que temos uma posição negocial e uma linha vermelha determinada, o CDS estará inteiramente disponível para colocar o interesse dos lousadenses primeiro e para apresentar uma Moção conjunta.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu hoje estou confuso, com esta questão da unanimidade, principalmente quando apresento aqui a Moção que foi votada unanimemente por esta Assembleia, exatamente a mesma Moção. Não sei o que falta fundamentar aqui, verdadeiramente. Nós estamos a defender o princípio da rotatividade, a partir do momento em que ela é votada e é votada por unanimidade, é uma votação da Assembleia Municipal, não é uma proposta do PPD-PSD, não é uma proposta do Partido Socialista, não é uma proposta do CDS. Se me vierem aqui dizer, falta fundamentar isto, podemos chegar a um acordo hoje, porque não retiro a Moção. Acho que devemos chegar a um acordo, hoje, esta Moção já foi votada aqui. O máximo que podem vir aqui dizer é, se, se construiu um novo alvéolo, foi porque numa altura, numa reunião de Câmara, os vereadores do PSD e da Coligação Lousada-Viva, votaram favoravelmente a construção desse novo alvéolo. Essa é verdadeiramente a crítica que podem vir aqui fazer. E é verdade, ela tem um contexto, já expliquei aqui e as pessoas se forem interpeladas podem responder, o Regimento permite que se interpele diretamente os vereadores que aqui estão, e eu interpele o presidente de Câmara, na altura que era vereador ou Dr. Leonel Vieira que na altura também era vereador, para explicar o que aconteceu. Mas dito isto há que construir acima disto, depois disto. Já votamos por unanimidade o não prolongamento. Em reunião de Câmara não acataram a nossa decisão e permitiram que construíssem um novo alvéolo. E agora resta-nos, reiterar na Assembleia Municipal, que não queremos mais o prolongamento do Aterro de Lustosa. Eu repito, não queremos mais o prolongamento de vida do Aterro de Lustosa. E o que um investimento de quatro vírgula seis milhões de euros, no Aterro de Lustosa significa, é que se preparam, verdadeiramente, para prolongar o prazo de vida do Aterro. Vamos ser honestos. A Câmara de Paços de Ferreira ainda não comprou o terreno. É mentira o que eu estou a dizer? A Ambisousa já comprou o terreno? A Ambisousa já escolheu o terreno, já o licenciou? A Ambisousa vai fazer um investimento de quatro vírgulas seis milhões de euros no Aterro de Lustosa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e daqui a três anos vai construir um aterro novo em Paços de Ferreira. Tem dinheiro para isso, então que o construa. Mais uma razão, desculpem a honestidade do que aqui se está a passar. Muito bem, querem fazer uma estação de triagem que custa quatro vírgulas seis milhões de euros no Aterro de Lustosa e que acaba por beneficiar o aterro que lá está, porque os lixos que são depositados são menos e menos perigosos, ótimo. Estamos de acordo quanto a isso, quanto ao resto acho que também estamos de acordo, princípio da rotatividade, é o que a Moção diz. Não estamos disponíveis para prolongar o prazo de vida do aterro. Qual é a dúvida? O que é que falta aqui de fundamentação?» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Senhor presidente da Câmara sabe porque estamos aqui? É que o senhor diz que fala na Associação e a grande verdade é que o aterro existe. E, deixe-me dizer-lhe uma coisa que o senhor há pouco disse, vai depender de mim, mais ou menos são palavras suas, o aterro vai acabar com este tempo útil de vida. Senhor presidente, então o problema está resolvido, percebe. Há uma coisa que tenho que lhe colocar e que o Filipe também colocou, acho muito estranho um investimento de quatro vírgula seis milhões de euros para algo que vai já acabar. Porque vem aqui da bancada do PS dizer que falou, que disse, a grande verdade é que desde de dois mil e onze, até hoje, o aterro continua. E de palavras bonitas e boas as pessoas de Lustosa, continuam com o cheiro. E isso são factos. Há pouco disse, se eu tiver que sair da Associação, eu saio. Dr. Pedro Machado, já é tarde, saia. Defenda Lustosa, defenda os lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Durante a minha intervenção, espero que vocês tenham o bom senso de retirar a Moção. E vão perceber porquê? O vosso antigo parceiro de coligação, já vos aconselhou o mesmo. Mas agora pensem, isto é assim, se esta Moção é para vocês retirarem dividendos políticos, de qualquer nível junto da população e junto do concelho, mantenham a Moção. Se o vosso objetivo é defender as populações como aqui vieram dizer, retirem a Moção. E vamos apresentar a moção fundamentada, todos, porque como o Filipe aqui disse e bem, a posição que vocês defendem é a posição que todos nós defendemos. O único problema que existiu, é um problema de modernidade, que é aquilo que o Dr. Gonçalves aqui veio dizer. O problema é que o facto de nós fazermos seriação de resíduos, permite que se prolongue a vida útil dos aterros. O facto de hoje em dia se fazer muito mais reciclagem, permite que este aterro tenha uma vida útil superior. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

permite como é óbvio que se queira rentabilizar ao máximo o investimento que ali foi feito. É esta a questão meus senhores. Portanto, se neste momento a perspetiva são três ou quatro anos, meus senhores daqui a três ou quatro anos, posso-vos garantir, estarei na linha da frente também a dizer que saímos da Ambisousa, se for preciso. Ainda bem que a posição do PSD é “já é tarde sairmos da Ambisousa”, é muito bom ouvirmos isso da vossa parte. Agora, se já é tarde venham aqui dizer que já é tarde e venham aqui apresentar também uma Moção, já que não retiram essa, para sairmos da Ambisousa. Assumam aquilo que estão aí a dizer nos burburinhos. Agora nós defendemos o mesmo, nós estamos em uníssono, nós estamos preocupados, como já manifestamos em dois mil e onze e ao longo destes anos, isto é praticamente um tema recorrente todos os anos. Nós defendemos os lousadenses, defendemos as pessoas de Lustosa, de Santo Estevão, de Sousela de todas as freguesias. Agora nós assumimos uma responsabilidade e dissemos que assumimos o aterro durante a sua vida útil. A vida útil do aterro é prolongada, porque hoje em dia a separação de resíduos é mais bem-feita, há maior triagem. Meus senhores é como uma pessoa, hoje em dia a esperança média de vida aumentou, porque hoje em dia, há médicos e fármacos. É a mesma coisa. O investimento que lá está a ser feito é o mesmo investimento que é feito em qualquer fábrica. Era o que mais faltava que só por alguém investir em maquinaria nova, no dia a seguir ou passado um ano não pudesse pegar na maquinaria e ir para outro pavilhão. É exatamente a mesma questão. Portanto vamos deixar-nos de falsas demagogias. Se o objetivo é político, mantenham a Moção. Estou certo que vão ouvir o repto desta bancada e da bancada do CDS-PP. Uma Moção mais fundamentada como a que vai ser apresentada a seguir. É uma Moção fundamentada com a nossa posição, com a posição da nossa população, que explique aos restantes concelhos da Ambisousa, o porquê de não assumirmos mais isto após a vida útil do aterro.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha, do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Não há muito mais a acrescentar a não ser o seguinte, há pouco o senhor Filipe dizia que, se votamos em tempos por unanimidade, que se faça de novo. Não se pode votar exatamente a mesma coisa, quando há dados novos. Há uma questão neste momento que vocês falam, obras no aterro, que não é o que existe. Estamos a falar de obras numa central de triagem, maquinaria como aqui já dissemos. Eu estava com isto a querer dizer, tem sido um tanto quanto desagradável, enquanto os colegas aqui vem apresentar, vocês estão a falar entre vocês, eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sinceramente acho que se quiserem fazer a Moção em conjunto, falam vocês entre vocês e connosco, é muito mais fácil chegar a uma Moção. É que de parte a parte, quer da parte dos senhores deputados, quer da parte dos senhores vereadores, acho que lhes ficava bem, um bocadinho de respeito, por parte de todos. O que queria dizer com isto, se foi possível, com outros assuntos chegar a um consenso, certamente será também possível fazer um consenso relativamente a este assunto, integrando novos dados, porque vocês estão assumir obras no aterro que não é mais do que obras numa central de triagem. Mediante isto e com a posição do senhor presidente da Câmara, vocês sabem que fundamentando, tendo os dados todos integrados na Moção, dando o parecer do senhor presidente da Câmara, sempre se faz um *forcing*, muito mais forte, do que alguém que se lembra com uma Moção, que por acaso tem alguns anos e portanto não acrescenta nada de novo. Eu já percebi que não adianta avançar, portanto é esta a nossa posição.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Acho que se deviam ouvir novamente o texto da Moção. É um ponto de ordem à Mesa que nos permita saber o que estamos a votar O que nós estamos a falar é do princípio da rotatividade. Não há mais nada.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha, do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu queria dizer que a bancada do Partido Socialista poderá votar favoravelmente, se retirarmos os “considerandos”. É que aí diz “considerando as notícias”... Quais fontes? As declarações de imprensa do PSD? Se retirarmos os considerandos todos, é que esses considerandos são baseados em quê?» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu retiro os considerandos, todos.» -----

----- De acordo com a decisão dos grupos municipais a Moção B passou a ter a seguinte redação: “Ao abrigo do Regimento desta Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PPD-PSD, apresenta a esta Assembleia a seguinte moção: Deve a Câmara Municipal reafirmar, desde já, a defesa inequívoca do princípio de rotatividade e a indisponibilidade para aprovar qualquer projeto que assuma o fim deste princípio e o prolongamento de vida do atual aterro. Mais, deve encetar, desde já, todos os meios disponíveis para iniciar o processo de rotatividade com o encerramento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

atual aterro.” -----

----- A “Moção “B”, na sua nova redação, foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos -----

----- Por último foi apresentada a Moção “C” - Conjunta – PS/PSD/CDS, do seguinte teor: “Em defesa do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS) e das suas populações. Os eleitos dos grupos políticos com assento na Assembleia Municipal de Lousada vem por este meio solicitar e contestar a situação vivenciada no CHTS, nomeadamente no que se refere às condições do atendimento prestado no serviço de urgência deste Hospital e a falta de pessoal técnico nas mais diversas funções. Exposição O CHTS foi oficialmente criado a 28 de Setembro de 2007 e é constituído por duas Unidades Hospitalares: a Unidade Hospital Padre Américo (Sede do Centro Hospitalar), em Penafiel, e a Unidade Hospital de Amarante. A área de influência do CHTS é a região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, cobrindo uma região com 5% da população nacional, 520.000 habitantes, distribuídos por 12 concelhos (Penafiel, Paredes, Castelo de Paiva, Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira, Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Celorico de Basto, Cinfães e Resende). Uma área de intervenção de cerca de 2 mil quilómetros quadrados, num território que apresenta uma população bastante dispersa, com um elevado índice de envelhecimento e com um rendimento per capita significativamente inferior à média do país. Este dado por si só, justifica a centralidade deste Centro Hospitalar na resposta às necessidades de cuidados de saúde, com a qualidade e a eficiência que a população desta área territorial necessita e tem direito. Apesar do elevadíssimo número de habitantes na sua área de influência e da ténue condição socioeconómica do território, é meritório e inquestionável o esforço e dedicação de todos os recursos humanos deste Hospital, desde os assistentes operacionais ao Conselho de Administração. Prova deste empenho são os resultados positivos obtidos em diversos rankings de avaliação hospitalar, como é o exemplo do “Prémio Consistência” Top 5/2017: Excelência dos Hospitais (IASIST). A gestão financeira dos recursos financeiros tem também sido feita com rigor tal como é facilmente comprovado com os diversos resultados recentemente publicados e disponíveis em www.transparencia.sns.gov.pt Contudo, apesar da evolução positiva constatada em diversos domínios, existem problemas de fundo que se prolongam ao longo de vários anos sem resolução, mais concretamente o “eterno” problema no atendimento e tempo de espera no serviço de urgência do Hospital Padre Américo (Penafiel). De facto, verifica-se uma grave insuficiência de pessoal no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

CHTS, cujo rácio por mil habitantes é dos mais baixos em vários setores (médicos, enfermeiros e assistentes operacionais), muitos dos quais têm vínculos laborais precários, incompatíveis com a satisfação de necessidades permanentes dos serviços hospitalares. De modo a se obter uma informação pormenorizada e fidedigna, os diversos grupos municipais, em conjunto com a Câmara Municipal de Lousada procederam a uma reunião de trabalho com o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa – Dr. Carlos Alberto, para obter explicações sobre as dificuldades sentidas e intervenção necessária para colmatar os problemas existentes. Por conseguinte, consideram os Grupos Municipais do PS, PPD/PSD e CDS/PP desta Assembleia Municipal de Lousada, que o Governo deve reforçar o investimento no CHTS, designadamente ao nível dos seus serviços de urgência, pelo aumento da sua capacidade física de resposta, tendo em conta a população que serve e, assegurar a contratação dos profissionais de saúde necessários ao bom funcionamento desse centro hospitalar, em especial do serviço de urgência, por forma a melhorar o acesso aos cuidados de saúde do SNS por parte da população da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Nestes termos e ao abrigo das competências desta Assembleia Municipal, os signatários desta moção solicitam ao Ministério da Saúde o aumento considerável do investimento no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa através da implementação de duas medidas fundamentais: 1.Aumento da capacidade de resposta na urgência com a reformulação e crescimento efetivo do espaço físico no serviço de urgência no Hospital Padre Américo (Penafiel) e garantir o aumento do espaço para Observações. 2.Contratação de Recursos Humanos para responder às necessidades da população e do adequado funcionamento do CHTS com: a.83 Enfermeiros; b.40 Médicos; c.86 Assistentes Operacionais. Lousada, 27 de abril de 2018.” -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Jorge Magalhães: «Só para que tenham conhecimento, solicitam o envio desta Moção ao gabinete do senhor Presidente da República Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, Primeiro-Ministro Dr. António Costa, Ministro da Saúde Dr. Adalberto Campos Fernandes, Presidência da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa e Municípios abrangidos pela área de influência do CHTS, bem como aos órgãos de comunicação nacional, regional e local.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Boa Noite, senhor presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público e comunicação social. Começava por fazer aqui uma defesa desta Moção e parafraseando a recente eleita presidente da JSD-Nacional, quando diz uma coisa muito simples, no discurso sobre o 25 de Abril, “*quando os partidos reclamam vitórias o povo perde, quando os partidos se unem o povo ganha*”. Efetivamente, queria aqui dar nota efetiva de que desde o decorrer daquela provocação que fiz aqui nesta Assembleia, foi apenas uma sensibilização para este assunto, que vários grupos e várias pessoas, recorro o caso do senhor presidente da Câmara, convocou o presidente do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa. Recorro o caso do nosso deputado Simão Ribeiro, que na Assembleia da República interpelou por várias vezes o senhor Ministro da Saúde e o Ministro das Finanças. Recorro o Nelson Oliveira e a federação do PS que ao nível do distrito do Porto fizeram várias intervenções no sentido de defenderem o hospital e resolver o problema grave das urgências no Centro Hospitalar. Efetivamente é assim que devemos continuar e devemos trabalhar. Devemos estar todos unidos, cada vez mais, não fazer esmorecer esta questão, apesar de agora concluirmos isto com uma Moção conjunta, este tema só ficará resolvido quando as urgências no Centro Hospital Tâmega e Sousa, forem de melhor qualidade e servirem todos os habitantes desta região, em especial os do concelho de Lousada, que somos aqui nós a defender. Portanto é com agrado que vamos aprovar esta Moção. Queria só aqui deixar uma pergunta ao senhor presidente da Câmara, para perceber, foi também nesse sentido que intervi aqui na última Assembleia, para lhe pedir e perceber se já teve conversas com o Ministro da Saúde, o que é que lhe disse? Se já teve conversas com os colegas da CIM, das outras Câmaras Municipais, para perceber também qual é a posição conjunta das Câmaras Municipais desta região, que são todas servidas pelo Centro Hospitalar Tâmega e Sousa.» -----

----- Intervenção da Sra. Alexandra Bessa do Grupo Municipal CDS-PP: «Não poderíamos estar mais contentes, obviamente, pelo facto de conseguirmos chegar a um bom entendimento. E queríamos realçar que o nosso Grupo Parlamentar CDS, na Assembleia da República, fez uma proposta de apelo, no fundo reforçando todas as ideias que fomos trabalhando. Por isso contem connosco para as próximas ações.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha, do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só para realçar aquilo que já foi dito. E na linha daquilo que tinha dito anteriormente, é sempre importante quando nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

unimos a força e trabalhamos todos no mesmo sentido. Foi também com muito agrado que na sequência daquela Assembleia Municipal que tivemos em que esta questão foi levantada, o PS tomou esta posição de elaborar uma Moção em conjunto. Foi com muito agrado que recebemos o Dr. Carlos Alberto, presidente do Conselho Administração, de seguida o Nelson Oliveira do Partido Socialista defendeu-o, o que prova claramente que acima do interesse dos Partidos Políticos, está o interesse da Região, ainda que seja o Partido Socialista que esteja no governo, nós preocupamo-nos, acima de tudo com a população de Lousada e da região envolvente. Portanto contem connosco para esta Moção, com a nossa aprovação claramente, para esta, para outras e para esforços conjuntos, porque é assim que nós evoluímos.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente de Câmara: «Com o senhor Ministro não falei sobre este assunto, mas tenho falado com o senhor Secretário de Estado. Aliás está previsto este ano abrir, felizmente, as novas instalações da Unidade de Saúde de Lustosa e tudo indica que teremos cá, ou o senhor Secretário de Estado ou o senhor Ministro, e nessa altura vou insistir neste assunto. Mas este assunto tem sido trabalhado também ao nível da CIM, com uma posição conjunta que é convergente com esta que nós tomamos aqui. Aliás, já tivemos lá também o presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, numa reunião com os onze presidentes de Câmara, onde no fundo estas preocupações também lhe foram manifestadas. E os esclarecimentos que ele nos prestou foram os mesmos que também prestaram aqui a este grupo de trabalho. Também ao nível partidário o assunto tem sido objeto de consensos, através da Federação Distrital tem chegada essa mensagem, quer ao senhor Secretário de Estado, quer ao senhor Ministro, da necessidade imperiosa de atender as necessidades do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, desde logo pela sua dimensão, pela sua área de abrangência e população que serve. Estamos a falar de um dos maiores hospitais do país.» -----

----- A Moção “C” (Conjunta – PS/PSD/CDS) foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- Não houve Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: 1 - Apreciação da informação escrita do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção da Sra. Alexandra Bessa do Grupo Municipal CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, restantes vereadores, caros membros da Assembleia, caros representantes da Juntas de Freguesia, comunicação social e público. O Grupo Municipal CDS-PP, recomenda à Câmara Municipal de Lousada a adesão à rede MOBI.E e a adesão à RENER - Rede de Cidades Inteligentes. O futuro começa aqui e os lousadenses contam connosco para o viver da melhor forma. É urgente nos direcionarmos para o novo paradigma da Mobilidade e das Cidades Inteligentes. Primeiramente refletimos que para a Mobilidade, mobilidade de futuro é elétrica, com veículos partilhados e conectados, entre si e com as cidades. Longe estamos de este ser um futuro visionário, este é um futuro agora. Todas as marcas comercializam veículos elétricos e/ou híbridos. Segundo a ACAP, de 2016 para 2017, o aumento de número de veículos vendidos em Portugal duplicou, representam já 1.5% do total das vendas. Os veículos elétricos são uma realidade fiável, consistente, com opções ao gosto de todos e com uma vitalidade já notada nas nossas estradas. Com satisfação, verificamos a introdução de veículos elétricos nos serviços municipais para a manutenção da limpeza urbana em Lousada. Porém, uma das limitações da utilização de veículos elétricos no concelho de Lousada tem a ver com a infraestrutura de carregamento. Existe, desde 2009, uma rede nacional de pontos de carregamentos de veículos elétricos a MOBI.E. A rede MOBI.E está presente em mais de 50 municípios de Portugal Continental, alguns aqui do nosso distrito como é o caso do Porto, da Maia, de Vila Nova de Gaia, de Matosinhos, ou de aqui bem perto como Paredes e Penafiel, que são exemplos de municípios já aderentes. A inclusão nesta rede, permite não só colocar Lousada no mapa dos municípios do futuro, como também permitirá aos Lousadenses e a quem visita Lousada ter postos públicos de carregamento de veículos elétricos. Está na hora de estimular a nossa comunidade à aquisição de veículos elétricos, sendo a disponibilização de postos de abastecimento elétrico no espaço público uma aposta certa, para os lousadenses viverem esta forma mais sustentável de Mobilidade. Falamos agora então das cidades do futuro. E como todos decerto saberão, existe desde algum tempo em Portugal o “Smart Cities Index”, que se trata de um índice anual que mede o desempenho das cidades, e consequentemente dos municípios. Lousada é elegível enquanto município, na atual caracterização urbana de vila. O Smart City Index é uma ferramenta de análise da inteligência urbana, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

permite monitorizar indicadores territoriais críticos, realizar exercícios de *benchmarking* e propor recomendações para a melhoria do desempenho das cidades e das regiões. Deles fazem parte 124 Municípios do país, ou seja, quase metade dos 278 Municípios de Portugal Continental. Para percebermos melhor fazem parte desta rede concelhos do distrito do Porto, como a Maia ou Matosinhos, mas também a Trofa, a Póvoa de Varzim, Valongo ou mesmo Baião. Novamente, Lousada está de fora desta rede de Municípios. Este índice, compara os municípios entre si em 5 dimensões diferentes: 1) a Governação; 2) a Inovação; 3) a Sustentabilidade; 4) a Qualidade de Vida; 5) a Conectividade. Na verdade, o que faz é, no final de cada ano, emite um “ranking” sobre a classificação de cada município quando comparado com outros com as mesmas características. Ora, julgo que se queremos evoluir com futuro, não podemos desperdiçar esta análise comparativa, até para sabermos onde devemos apostar mais ou onde estamos melhor. Neste sentido, o grupo Municipal do CDS-PP, recomenda que: 1. A Câmara Municipal de Lousada inicie diligências no sentido de integrar a rede MOBI.E - a rede nacional de pontos de carregamento de veículos elétricos com vista à instalação de pontos de carregamento no nosso concelho e no prazo de 6 meses informe esta Assembleia Municipal do ponto de situação desta adesão; 2. A Câmara Municipal de Lousada inicie diligências no sentido de integrar a rede RENER - Rede de Cidades Inteligentes - e/ou a Secção de Município “Cidades Inteligentes” da Associação Nacional de Municípios Portugueses e que no prazo de 6 meses informe esta Assembleia do ponto de situação desta adesão.» -----

----- Intervenção do Sr. Armando Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão): “Senhor presidente, queria falar sobre as obras de Santo Estevão, sei que todos estamos dentro do assunto, atendendo ao mau tempo, que vem há quatro meses, a verdade é que ainda há várias ruas por terminar. Gostaria, se tem alguma ideia, quando é que teremos as obras terminadas? Gostaria de ajudar, no sentido de referir que a urgência maior, será na estrada da saída de Barrosas (Lustosa), porque de facto apanha ali a parte do tapete, sei que o senhor presidente conhece. É um sítio onde passa muitas pessoas que vão almoçar e voltam para os seus trabalhos. Portanto, em Pinheirinhos (Barrosas), era uma necessidade terminar a obra. Senhor presidente em relação ao negócio que a Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) fez. Acho bem aqui neste local dar conhecimento ao senhor presidente, porque penso que este negócio tenha a ver com o negócio da compra do campo de futebol, que me parece teria sido uma boa opção da Junta de Freguesia de Lustosa, Barrosas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

(Santo Estevão), uma vez que Lustosa está no bom caminho e que poderemos vir a ter um sintético, tal como ouvimos a falar no passado. Acho que é o sítio mais próprio para dar conhecimento ao senhor presidente, que a Junta de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) negociou o campo, mas que põe ao dispor da Câmara, todo o diálogo e acordo no que for necessário no futuro. Queria colocar uma questão ao senhor presidente em relação ao Centro de Saúde, porque alguém do Centro de Saúde existente, me colocou a questão, mas não soube responder. Quantos médicos é que vamos ter no novo Centro de Saúde? Quantos enfermeiros vamos ter no Centro de Saúde?» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: “Eu começo aqui a primeira interpelação ao senhor presidente da Câmara, de uma promessa que sempre fiz e que foi, enquanto não ficar resolvido senhor presidente, para quando o saneamento em Alvarenga? De facto vai fazer dois anos que temos o saneamento feito, enterrado, mas sem ligação. Portanto eu não tenho resposta do serviço, não tenho resposta basicamente de ninguém e gostava de saber, para quando? Porque as populações estão numa situação muito preocupante. E, agora queria, fazer aqui uma pequena reflexão, a título pessoal e também em nome do Grupo Parlamentar do PPD-PSD, acerca do seguinte: há um ano, acerca das comemorações do 25 de Abril. Acho que democracia é isso, é convidar todos os que participaram neste trajeto, não é só ouvirmos o poder. “Isto era antigamente, acho que as regras, agora não são essas”, José Gonçalves PSD. “Mas julgo que nas próximas comemorações do 25 de abril deverá ser equacionada a possibilidade de se levar a cabo um ato público, a que podemos chamar de Assembleia Municipal extraordinária ou outra designação qualquer, uma reunião deste órgão, em que todos os grupos parlamentares tenham oportunidade de fazer a sua intervenção”. Quem terá feita esta afirmação? Alguém do PSD, do CDS, não, foi precisamente o senhor presidente da Câmara, o Dr. Pedro Machado. Pois todos recordarão que não foi a primeira vez que o PSD de Lousada expressou nesta Assembleia a sua indignação e descontentamento, com a forma como as comemorações do 25 de Abril e outros atos e cerimónias oficiais tem sido organizadas e realizadas pelo executivo Municipal. Mas, finalmente no ano passado ouvimos todos o senhor presidente da Câmara afirmar que no ano seguinte, ou seja, este ano seria então diferente, ou seja como sempre deveria ter sido, pois ter-se-á esquecido, mas estamos aqui, mais uma vez para o recordar, contudo, dada a incapacidade até agora demonstrada de o fazer, de uma forma dependente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e verdadeiramente democrática, interpelo nesta Assembleia o senhor presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de presidente do órgão que é casa da democracia, que assuma para futuro essa responsabilidade em coordenação com todos os representantes dos partidos assentes nesta Assembleia Municipal, em nome da garantia do pluralismo democrático que pelo menos estas comemorações exigem. Em Lousada que temos uma cerimónia cristalizada pelo tempo, envergonhada e certamente triste, não fosse a presença magnífica da Banda Musical de Lousada, a entoar o Hino Nacional. De facto, caso única expressão de uma cultura enraizada de teor salazarista. O Partido Socialista, no poder em Lousada enclausurou a democracia e ignora permanentemente a pluralidade democrática. Lousada vive governada por uma espécie de regime de casta. Mas, não se pense que as comemorações do 25 de Abril sejam caso único, pelo contrário são expressão de uma forma de poder absoluto e muitas vezes antidemocrático. Para se perceber alguns exemplos que não tem tido emenda, o comportamento reincidente, não comunicar aos vereadores da oposição, os convites enviados para associações, entidades, mesmo até quando se dirigem unicamente ao senhor presidente da Câmara, que encabeça o executivo composto por sete e não apenas quatro membros. O não envolvimento dos vereadores da oposição nas cerimónias oficiais. O município pese embora governado por uma maioria do Partido Socialista, é expressão nos seus órgãos do voto dos lousadenses, em conformidade com a lei eleitoral vigente e que eu saiba não foi alterado. A situação que se previa de haver apenas um executivo de um partido só, ainda não foi votada na Assembleia da República, não foi alterada a lei eleitoral. O tratamento desigual aos presidentes de Junta eleitos pelo PS ou pelo PSD, com os primeiros a ter as portas da Câmara abertas sem restrições e os segundos a serem atendidos com muito mais dificuldade que qualquer cidadão. A frequente programação de obras, projetos, negociações, iniciativas sem envolvimento, auscultação e pareceres dos interessados sejam eles presidentes de Junta, coordenadores escolares, dirigentes associativos ou cidadãos. Vejam-se o caso da construção dos centros escolares e obras em escolas com espaços básicos não equacionados, mais tarde tiveram que ser arrançados à pressa. Ou mais recentemente obras das bancadas do complexo desportivo que pelos vistos foram projetados e começaram a ser executadas ao arrefio daqueles que sobre o assunto mais percebem. Ou ainda a falta de promoção da discussão pública de projetos, regulamentos e outros assuntos que afetam ou interessam aos cidadãos. Enfim passados quarenta e quatro anos sobre o 25 de abril, 1974 em Lousada a cultura democrata, a liberdade a pluralidade e sobretudo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

respeito pelas oposições estão ainda por cumprir. Desejaria o Partido Socialista não ter oposição em Lousada. Aliás tem frequentemente dado nota do incómodo que isso representa, mas desenganem-se não vale a pena escusar-se na vitimização de hipotéticos ataques pessoais ou naquela vontade de nos calar sejamos nós eleitos diretamente para esta Assembleia ou em representação das Juntas de Freguesia. E convém não esquecer que muito daquilo que Lousada hoje é, é também muito pelas posições, contributos e atitudes das oposições ao longo destes anos, não o reconhecer é não só uma atitude de sobrançeria como também de falta de vivência democrática. Assim o é e será no país dito à saciedade por todos os governos em exercício acerca das oposições que se desejam fortes e acutilantes. Para terminar, reforço mais uma vez algo que já por mais de uma vez tenho dito e desejado, o pluralismo, o conforto democrático sejam definitivamente uma prática em Lousada, excluída de tentações intimidatórias e persecutórias por parte de quem exerce o poder, uma conhecida forma usada pelos regimes totalitários para a sua manutenção. Não será alheia a isso a comum convicção e afirmação de muitos lousadenses que tem negócios ou projetos em aprovação na Câmara que se devem manter alheios a toda atividade política. A não ser que seja nas hostes do Partido Socialista. Mesmo pagando o preço da aniquilação das suas mais profundas convicções. Não que Lousada seja nisto caso único, pois é de facto uma existência em outros concelhos governados também por partidos como o PSD, como PCP ou CDS ou outro qualquer Partido onde existem muitas vezes práticas similares. Este continua a ser um dos cancros da democracia num país que apesar de muito caminho feito, tem ainda Abril por cumprir. Governar em democracia é um exercício de poder que deve contar sempre com as oposições como parte intrínseca da ação política e não um acessório descartável e alvo de retaliação em caso de incómodo. Celebrar o 25 de Abril é pois sinónimo de uma liberdade exercida no respeito de todos por todos, que não pode ser apenas de uma memória ou uma retórica de discursos e jantares comemorativos, mas uma conquista, um exercício permanente efetivo. Por fim, fica então um repto ao senhor presidente da Assembleia, Dr. Jorge Magalhães para que assuma no âmbito das suas competências o papel que lhe compete de garantir a igualdade de tratamento que a lei exige a todos representantes eleitos nos órgãos locais na diversidade de participação, opiniões e direitos. E das muitas questões aqui enunciadas não seja no próximo ano esquecida, mas realizada finalmente uma comemoração digna democrática e justa do 25 de Abril de 1974, qual expressão clara do pluralismo partidário que inaugurou e perpetuou. Mas não bastando esta minha insistência pelo menos então



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que se cumpra a Lei n.º 40/2006, de 25 de agosto que no seu artigo terceiro afirma e passo a ler: “Garantia de pluralismo, em cerimónias oficiais e em outras ocasiões de representação do Estado, das Regiões Autónomas e do poder local deve ser assegurada a presença de titulares dos vários órgãos no âmbito correspondente à entidade organizadora, bem como do escalão imediatamente inferior”. Ponto dois: “A representação dos órgãos de composição pluripartidária deve incluir sempre membros da maioria e da oposição”. Se não tiver ficado claro e for preciso explicar esta lei, talvez aqui o senhor ilustre membro desta Assembleia, digníssimo advogado “Dr. João Galamba Correia” o possa fazer com propriedade. E, para que não, mais isto seja esquecido, ou necessariamente repetido, vou tomar a liberdade de entregar uma cópia integral da Lei ao senhor presidente da Câmara e ao senhor presidente da Assembleia Municipal. Com isto espero pôr fim aos maus hábitos que existem não há dez, mas há muito mais anos em Lousada. E, com o 25 de Abril e a liberdade conseguida não são de esquerda nem da direita, mas de todos. Agora também me apetece cantar a “Grândola, Vila Morena.» -----

----- Eram vinte e três horas e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o senhor vereador: António Augusto Silva, vereador dos pelouros Educação, Formação, Desporto, Tecnologias de Informação e Comunicação e Proteção Civil. -----

----- Intervenção de José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Dr. Pedro Machado, duas interpelações. A primeira é no fundo uma repetição do que lhe fiz na última Assembleia Municipal, quantos aos campos sintéticos, volto a repetir, para quando a segunda fase e quais são os campos que estão pensados para esta segunda fase? Eu sei que na última Assembleia não deu respostas concretas. Espero hoje já ouvir alguma resposta concreta. A segunda interpelação, é quanto à zona industrial de Lustosa. Hoje parece que não saímos dali, nesta zona industrial em devido o tempo e nós compreendemos o valor do metro quadrado, uma vez que as vendas não se iam fazendo, foi quase para metade. Sinceramente até aí, tudo bem. Também concordei e concordo tendo em vista a facilitação da venda dos lotes para aí serem instaladas unidades fabris, consequentemente iriam dar emprego a lousadenses e que iriam contribuir para o bem-estar das famílias lousadenses. A grande verdade Dr. Pedro Machado e se eu não estiver muito longe da verdade, tirando uma fábrica que existe lá há acerca de nove, dez anos, uma outra que entretanto pelos vistos foi construída ou está em última fase de construção é que nada se vê em Lustosa. E aqui há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

uma questão que tem que ser colocada, uma vez que a Câmara Municipal em devido tempo baixou o valor do metro para quase metade. Não haverá aqui o risco de especulação imobiliária, ou seja, porque a grande verdade também é esta, desde que essa atitude foi tomada, nós questionamos a Câmara, quantas unidades fabris mais foram construídas. Zero, senhor presidente. Quantos mais empregos para lousadenses lá aconteceram. Zero, senhor presidente. E, esta questão leva-nos a outra. Este executivo, liderado pelo Dr. Pedro Machado, que cuidados tomou para precaver este tipo de situações, ou seja, há protocolos, há contratos em que por exemplo há condição ou em termos de obrigatoriedade, eu já sei dois três anos em de que o adquirente ou o novo proprietário terá obrigatoriedade de em “X” prazo construir uma unidade fabril. Consequentemente em “X” prazo empregar ali “X” número de lousadenses ou de famílias lousadenses. Simplificação nos processos para a construção e instalação das unidades fabris. É que Dr. Pedro Machado, acho que ainda não aconteceu, mas há aqui um risco enorme de acontecer, é de que essa medida e se esses interesses não foram acautelados, podem vir a servir a um conjunto de privados encher os bolsos de alguns euros. E, isso não é cuidar dos interesses dos lousadenses e das famílias lousadenses. Já não é a primeira vez que falo aqui na questão das zonas industriais. Hoje não lhe vou falar da zona industrial de Caíde, não lhe vou falar das grandes preocupações que a Câmara Municipal tem para a Zona Industrial de Caíde, quando em alguns orçamentos adjudica para ali cerca de cinco mil euros, que é brincadeira, para não dizer outra palavra. A Câmara Municipal de Lousada em devido tempo acautelou este tipo de interesses? Há documentos escritos e assinados por ambas as partes em que esses interesses dos munícipes de Lousada, estão devidamente acautelados? Corremos ou não corremos o risco de ali haver um jogo de especulação imobiliária? Que só irá enriquecer alguns quantos privados. E que não irá gerar empregos para os lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. Ricardo Marques do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu vinha interpelar a vereadora da juventude, Dra. Cristina. No último Conselho Municipal da Juventude ficou decido que não reuniríamos, visto estarmos sensivelmente a quatro meses das eleições e podia haver troca de lideranças. Os membros que representavam a Assembleias Municipais podiam trocar e mesmo as estruturas representadas. Podia haver eleições entretanto e ser novas pessoas a fazer parte do Conselho Municipal da Juventude. Desde essa data até hoje, passaram dez meses, desde as eleições autárquicas, passaram seis meses, até hoje o Conselho Municipal da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Juventude ainda não voltou a reunir. Não foi pedido às bancadas para indicar elementos para este mandado. Eu gostava de saber quando é que isso vai voltar a ser uma realidade em Lousada, visto que foi um parto difícil no nosso concelho.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado é preciso ter uma “lata do caneco”. Vou-lhe dizer porquê? Dizer que em Lousada há laivos salazaristas. A democracia é isto, a democracia é uma pessoa poder vir aqui expressar-se e as pessoas abandonarem o hemiciclo. Isto é que é a democracia, isto é que é aceitar a expressão pluripartidária e a expressão plural. Isto é a expressão do que existe em Lousada. E isto senhor deputado, mais não é do que a resposta à sua questão. Se calhar existe laivos antidemocráticos, existem. Mas se calhar esta não é a melhor resposta que se deve dar. Deixe-me dizer-lhe uma coisa, o senhor deputado antes de vir para aqui fazer insinuações, a dizer que nós não vivemos numa democracia, vivemos num concelho que é antidemocrático, que é salazarista. O senhor deputado tem que pensar muito bem nas palavras e tem de pensar muito bem em como as mede. Eu digo-lhe isto muito facilmente, o senhor vem para aqui falar das questões das inaugurações e da falta dos convites. Eu já ouvi aqui nesta Assembleia, nos últimos anos o senhor Presidente repetir vezes e vezes que vocês estão todos convidados para todas as cerimónias. Os senhores colocam-se num pedestal que é ter de receber formalmente uma comunicação. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, ainda assim que tenha que ser, o senhor é o primeiro exemplo, nesta sala de quem nunca cumpriu isso e o exemplo é aquela placa vergonhosa que está desterrada, está desfraldada na sua Capela Mortuária em Silvares. Que não teve a humildade de convidar as pessoas, os representantes da Câmara Municipal, o senhor é o primeiro exemplo contrário daquilo que leu na lei. Eu sei que a lei a diz que é cá baixo, é. Mas, caí-lhe os parentes à lama pelo senhor convidar o senhor presidente da Câmara, os senhores deputados, os senhores vereadores. E porque é que só convidou os vereadores da oposição para irem à inauguração e não convidou os do outro lado, pois é senhor deputado. Antes de vir aqui a este palanque dizer aquilo que disse, olhe para si, pense um bocadinho. Sabe uma coisa? Vou dizer-lhe uma coisa, nós podemos ter aqui no dia 25 de Abril, uma cerimónia que, a banda é o centro e o hastear das bandeiras. Vou-lhe dizer uma coisa, no dia 25 de abril, às dez da manhã, estava aqui muita gente, mais do que até é costume, o senhor não estava, os senhores deputados da coligação Lousada Viva também não estavam. Estavam membros do CDS-PP, o senhor tem essa certeza, eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

corri, eu não os vi. Até pode ser a cerimónia mais salazarista que existe à face da terra, comemoramos o 25 de Abril com honra, com dignidade, com sacrifício. Os senhores nem cá se dignaram a meter os pés em dia feriado. E deixe-me dizer-lhe outra coisa, o senhor pense bem quando diz que não há democracia em Lousada. Porque é assim a expressão máxima da democracia são duas: é o voto e a liberdade de expressão. Aqui nunca ninguém o silenciou, mas ninguém tem de concordar com aquilo que o senhor diz, como também não espero que muita gente que aqui está não concorde com aquilo que digo a maior parte das vezes. E a segunda, o senhor tem de acatar o voto. Nós fomos a eleições, o povo elegeu-nos, deu-nos a maioria e deu a vocês a expressão que achou que devia dar. E os senhores tem de aceitar isso democraticamente como todos nós o aceitamos. Senhor deputado eu vou-me calar por aqui, porque eu tinha aqui um excerto de coisas para lhe dizer, uma enxurrada que está aqui a fluir, e vou-me calar. Eu vou-lhe dizer a única coisa que lhe quero dizer, que só concordo consigo, em relação a Alvarenga. E curiosamente concordamos em relação a Alvarenga, mas deixe-me dizer, em Alvarenga também está toda a gente descontente consigo. O único sítio onde está toda a gente animada consigo é em Silvares. Não sei porquê? Ainda vou tentar descobrir. Não sei se é por causa do trabalho que o senhor faz em Silvares. Eu acho que é. Só que não se esqueça Alvarenga, Pias e Nogueira também fazem parte da freguesia. Nunca se esqueça disso, porque se Alvarenga está descontente com o presidente da junta que tem, tem motivos para isso.» ----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor João Correia é assim: Em Alvarenga também houve democracia e nas mesas eleitorais de Alvarenga, que por acaso é uma, tivemos uma expressiva maioria com um aumento significativo. Portanto, efetivamente aí estamos conversados, quanto ao descontentamento. Não há mais nada a acrescentar. Relativamente ao que falou e ao tema recorrente da Casa Mortuária de Silvares, isto já mete mofo. Isto já mete mofo por uma questão muito simples, e é preciso que fique muito claro aquilo que já aqui referi, relativamente à Casa Mortuária de Silvares. A Casa Mortuária de Silvares foi construída e foi inaugurada na altura, sem um tostão da Câmara Municipal de Lousada, que se saiba, sem um tostão e senhor presidente da Câmara se for o contrário que me desminta. Eu pedi na altura ao senhor Presidente da Câmara, em devido tempo que realiza-se um protocolo com a Junta de Freguesia de Silvares para a construção da Casa Mortuária de Silvares, no sentido de apoiar mesmo que não seja na totalidade naquele ano, mas faseando nos anos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a julgar convenientes. O senhor Presidente da Câmara disse que não tinha e não estava em condições de o fazer. Negou-me sempre essa possibilidade. O senhor Presidente da Câmara não vai com certeza inaugurar uma obra na qual não teve uma única participação, esta é a verdade. Mas apesar de tudo que fique bem claro de uma vez por todas. Eu enviei para todos os vereadores e também para o senhor presidente da Câmara um convite no qual estivesse presente, também tomaria parte na cerimónia, a única diferença foi que o convite enviado e posso pô-lo aqui à frente da funcionária da Junta de Freguesia, Carla Ferreira a quem entreguei os convites para serem entregues como normalmente na Câmara Municipal e o que ela fez foi meter no correio, porque pediu na Câmara Municipal as moradas de todos os membros do executivo e os convites foram todos endereçados para as moradas particulares. Mas foi um convite que não foi como o senhor presidente da Câmara aqui disse, não foi um convite metido de qualquer maneira na caixa do correio. Foi um convite endereçado com a morada completa para a sua própria residência. Foi a situação. Agora, por amor de Deus, uma Junta, com um esforço incrível, uma necessidade que foi sempre contradita pela Câmara Municipal para a construção daquela Casa Mortuária, que nunca concordaram com a sua construção desde o início, incluindo o senhor Prof. Santalha na altura que era vereador que dizia que a freguesia de Silvares já estava servida por uma Casa Mortuária existente na Misericórdia. Desde o início foi-me sempre negado qualquer apoio, porque a Câmara sempre disse e tenho lá os documentos que o provam e que posso trazer, vários ofícios, que a Câmara já tinha pago a construção da Casa Mortuária da Misericórdia e que não ia duplicar investimentos na mesma freguesia. E depois quer vir a uma inauguração. Não mexeu uma unha pelo assunto e depois querem falar sobre o assunto. Agora, a questão que eu trouxe aqui, é uma questão muito simples, senhor João. A questão que eu trouxe é uma questão que deriva da lei. Aliás se repararem a lei em cada território, quer na Câmara Municipal, leiam o resto da lei. O responsável pelo seu território é o senhor presidente da Câmara na sua área de jurisdição. O responsável pelo território na freguesia é o presidente de Junta pela sua área de jurisdição, está na lei, não diz mais do que isso. E, portanto o que nós pedimos e o que eu peço aqui é única simplesmente que se cumpra a lei. Qual é o problema? Ainda, por cima quando o ano passado o presidente da Câmara disse, à boca cheia aqui que para o ano ia ser diferente. Não estou a dizer nada de extraordinário, qual é a dificuldade? Qual é aberração disto tudo? Algum problema. Então se o próprio presidente da Câmara disse, que para o ano, sim senhora íamos fazer uma cerimónia, convidamos os grupos parlamentares, fazemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

cerimónia, uma sessão extraordinária sobre o 25 de Abril e agora estão a colocar essa questão, porquê? É que a questão é mesmo essa, esse é que é o problema. O problema não é da cerimónia, isso é que é muito mais grave, é que o problema é do princípio. É que se fosse só da cerimónia, meus caros amigos, aí se calhar a minha intervenção não tinha sido do tom que foi. O problema é de que é do princípio e o princípio é que está mal, não o resto.»-----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD:
«Eu quero dizer que não sei se me sinto mais triste pelo facto das comemorações não terem integrado uma representação da oposição ou por isto que se está aqui a passar, agora, acho que é lamentável que estejamos aqui a chegar a este ponto lado a lado, as pessoas exaltam-se, acho que não há necessidade. Não esperava do João Correia, viesse aqui a este púlpito apontar o dedo a quem esteve e não esteve na cerimónia. João Correia, eu não estive, devo dizer, cada um tem as suas razões pessoais ou profissionais ou de que ordem seja. É uma cerimónia pública, vem quem quer, ninguém tem que se justificar, isso é verdade. Eu não vim e estou aqui a dizê-lo. Não vou dizer as razões, porque não preciso de as dizer. Mas, também acho João que chegar aqui e apontar o dedo, você não esteve, isto é pidesco. Acho que não havia essa necessidade, mas compreendo dada a exaltação tenha chegado a esse ponto. Acho que não há essa necessidade, nem acho que devamos enveredar por esse lado. Acho que realmente a cerimónia pública vem quem quer, no entanto sendo a câmara uma entidade que segue protocolos e que como disse o Fausto, realmente tem o dever mais do que ninguém de observar a lei. Eu pessoalmente e fazendo eco daquilo que disse a bancada do PSD, considero de facto que à semelhança do que vemos por todo o país, em todas as autarquias, o protocolo faz representar a oposição nos atos públicos. Eu isso sinceramente acho bem. Acho que é uma atitude a ter em conta nesses atos oficiais. Também acho que não deveremos ir por esse caminho da comparação que é o que aconteceu em Silves. Isso já aconteceu aqui há quatro anos. Há quatro anos, eu lembro que vim cá falar sobre essa questão. Falou-se da questão de Silves, do senhor presidente ter sido ou não convidado. Eu acho que isso não serve como de argumento para nada. Como não serve como argumento aquilo que o João Correia disse que as pessoas vêm se querem. Acho que isso não serve de argumento para aquilo que estamos aqui a discutir, porque o que estamos a discutir realmente é uma questão até legal, que tem um enquadramento legal que eu nem conhecia a legislação devo dizer com esse rigor e que de facto parece-me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ser um procedimento nem todas as instituições quer se queira quer não a coligação teve uma expressão bastante grande a nível eleitoral. Não chegou a metade dos eleitores, mas não esteve muito longe, também não é caso para dizer, nós vencemos as eleições e portanto nós é que temos que estar representados. Acho que também isso um exagero. Acho que ficava bem realmente termos a oposição representada. E, de facto essa é a minha posição, mas acho que também não devemos alargar a discussão, ir para coisas que não interessam, comparações infrutíferas que não levam a nenhum e acusações que sinceramente acho que nos levam a irritar e não há essa necessidade.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu só queria acrescentar uma situação, há uma máxima que é conhecida certamente por todos, que é “*comportamento gera comportamento*”. E isto foi notório aqui hoje. E eu devo dizer que concordo e hoje devo reconhecer que é a Cidália que eu conheço, na primeira parte da tua intervenção, isto porquê? Há de facto o comportamento por parte do senhor presidente que aqui veio falar da lei, quando podia fazer uma pequena nota. E dir-lhe-íamos, por exemplo, que se foram eleitos, compareciam, o convite foi público e tomavam o vosso lugar. É o vosso lugar. É só isto, toda a gente sabe o lugar que ocupa, foi eleito, chegavam à cerimónia tomavam o seu lugar. Eu conheço bem o senhor presidente e o restante executivo, provavelmente afastar-se-iam para o lado e deixariam que tomassem o seu lugar. É tão simples quanto isso. É público que são convidados repetidamente. Aliás, em várias cerimónias, como por exemplo na última dos votos de louvor também foram convidados. Só para dar nota, mas não vou apontar o dedo a ninguém, como devem imaginar. Vocês são convidados para muitos eventos e não vão. No bom exercício da democracia, nós vimos o que aconteceu na Assembleia da República, a oposição, onde é que estava? E, portanto, vem aqui a nível local fazer tanto alarido. Depois, queixam-se do facto das Assembleias durarem muito tempo, sejamos práticos e falemos de coisas dos interesses dos lousadenses e não nos nossos egos, porque é disso que estamos aqui a falar. É o ter aparecido ou não ter aparecido na fotografia. Tomem o vosso lugar. E, senhor presidente deixe-me dizer-lhe uma coisa, tenho por hábito ler atas antigas e olhe bem a hombridade do nosso presidente, não é que lhe fez uma transferência, mesmo sem ter sido convidado?» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Isso é que foi “chato”. É que o senhor presidente e a freguesia de Silvares tiveram a mesma participação que os outros. Serviu muito bem para dizer, fui eu que fiz, mas é justo, pois é, da mesma maneira que era justo, o senhor se queria fazer alguma coisa e queria dar uma chapada de luva branca, pelos vistos era a sua intenção, tinha convidado as pessoas. Mas para mim isso já passou. Eu ao contrário do que diz a Cidália sou muito pouco pidesco. Eu apenas tomei boa nota de que as pessoas não estavam. Isto é assim, isto é institucional, claro que conheço as pessoas, eu vejo na rua. Tudo isto para dizer o quê? Aquilo que a Cidália aqui esteve a dizer é uma lei de Newton, uma força de um ato provoca a mesma reação, a questão da transferência de energias. O Dr. Fausto não pode vir aqui dizer que neste concelho é tudo uma cambada de pidescos, antidemocráticos e salazaristas, como disse que existe também em outros concelhos do país, sem especificar, mas não pode vir aqui dizer que somos todos uns salazarentos e estar à espera que eu lhe passe as mãos no pelo, nem eu, nem o PS e provavelmente ninguém nesta sala. É assim, nós estamos aqui, somos a expressão máxima da democracia e as suas palavras não têm eco nem sentido nenhum lá fora. Aliás, não podemos chegar aqui e cortar o passado, esquecer que o passado existe, não. O passado existe. Esta atitude do Dr. Fausto é uma atitude que aconteceu num passado não muito longínquo e de que todos nos lembramos. Já aqui foi várias vezes discutido. Podia ter vindo aqui outra pessoa com o mesmo texto, ler isto e se calhar nem estávamos a falar da Junta de Freguesia de Silvares e da Capela Mortuária de Silvares. Agora não posso vir aqui dizer que sou o tipo melhor à face da terra e vocês sabem todos que eu lá fora sou o maior ... A verdade é essa. Senhor presidente, repare numa coisa vou-lhe dar outro exemplo e não quero esmiuçar o seu texto. O senhor disse que nós na Câmara de Lousada não incluímos os senhores vereadores. Os senhores vereadores da oposição participam em todas as reuniões de Câmara, ativamente. Quantas pessoas do PS na sua Junta participam nas suas reuniões. A lei eleitoral, pois é. Então o senhor é lei eleitoral. Então não é o defensor da abrangência, da democracia. Isto é só para dizer uma coisa, nós aqui temos um Galamba, mas também temos um Frei Tomás, que é olhar para o que ele diz e não olhar para aquilo que ele faz. É o mesmo que diz que vai ser no início e depois apresenta uma proposta que afinal eram no fim as intervenções do público. E se formos esmiuçar bem esse artigo, nós vamos ver o que é que a Junta de Silvares é. Vamos esmiuçar. Depois vou pedir a ata para ler bem o seu artigo e para lhe responder. Sabe porque é que veio aqui falar do 25 de Abril, provavelmente foi por causa do texto que escrevi com o reparo de não ter cá estado as pessoas do PSD. Mas há-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de o ler com calma.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Vai haver um ato eleitoral para breve, mas não são as autárquicas. Vejo aqui, de facto, ainda muito azedume e espero que o tempo cure as feridas. Começando por responder à senhora deputada do CDS-PP, já foram atribuídos a Lousada dois postos de carregamento elétrico. Já saiu um despacho que prevê um aqui no centro e outro na Aparecida. Nós resistimos em avançar antes que houvesse regulamentação própria, como fizeram alguns municípios, porque o que esses municípios fizeram basicamente foi suportar o investimento e suportar inclusive a despesa pelo fornecimento de energia elétrica. E pode ser um mau precedente quando chegar a hora do cidadão ter que pagar. E o que faz sentido de facto é que haja postos um pouco por todo o país. Aliás é um dos objetivos deste governo de dotar o país de postos de abastecimento em todos os concelhos. E não estava regulamentado o preço a pagar por esse abastecimento. Entretanto não sei se essa legislação já saiu mas é isso que está a tardar, mas de qualquer modo estamos na rede, vamos ter dois postos. Relativamente à questão das cidades inteligentes tenho que ver se é gratuito ou não, sendo que a adesão à secção da Associação Nacional dos Municípios é relativamente fácil. Agora à adesão à Smart City Index, não tenho a certeza, mas deve ser pago. Aliás os municípios são bombardeados com propostas de adesão a isto e àquilo e temos que ponderar face aquilo que é necessário depois contribuir anualmente, se justifica ou não. E por outro lado quando entramos nos processos queremos já estar devidamente preparados e portanto sermos bem considerados e no fundo não queremos participar por participar. Quando participamos temos que estar preparados e fazer parte do motor de cada um desses projetos, mas é um desafio interessante e seguramente estaremos disponíveis para assumir. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de União de Freguesias de Lustosa e Santo Estevão. A obra de saneamento em Santo Estevão, quando termina foi a questão que me colocou. Ela foi prorrogada, portanto inicialmente julgo que o prazo inicial era um ano, entretanto pelas más condições climáticas foi prorrogado. O que eu proponho é que a curto prazo, possamos fazer uma reunião na obra e fazemos um ponto de situação. E eventualmente se houver alguma rua mais prioritária, podemos agora, em função das melhores condições climáticas, tentar programar e recuperar o tempo perdido. Sei por exemplo que aquele troço que falou da estrada nacional foi mais complexo porque foi necessária a intervenção das Estradas de Portugal, mas está resolvido e por isso julgo que temos condições para terminar a obra seguindo agora a nova calendarização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Relativamente ao campo de futebol, fico satisfeito com a notícia, mas acho que já me conhece e portanto sou uma pessoa honesta e frontal. E assim como o senhor disse numa entrevista que ficou triste pela Ambisousa e pelo senhor presidente da Câmara não lhe ter dito que estava programado aquele investimento na central de triagem, também lhe digo que fiquei triste por não ter falado connosco antes de comprar. E digo-lhe isto porque? Porque a Câmara é proprietária de uma série de prédios envolventes àquele que comprou. Li na notícia sobre este assunto que o prédio terá sete mil metros, mas não pode ter essa área e porquê? Aquando da construção do centro escolar adquirimos uma série de terrenos rústicos, um com nove mil e quinhentos metros, outro com mil duzentos e setenta e três, outro com seiscentos, outro com dois mil cento e tal, outro com três mil e quinhentos. E de facto ficou apenas uma parte do campo por adquirir. De acordo com o levantamento topográfico que fizemos na altura quando construámos o pavilhão e o centro escolar, ficaram por adquirir cinco mil duzentos e quarenta e cinco metros quadrados. Mas o melhor é fazer uma reunião e esclarecermos tudo isso, porque o que interessa agora é no fundo criar soluções para que se concretize o anseio do clube e da população que é a requalificação do campo de futebol. E respondendo já a uma questão que o senhor Dr. Gonçalves me colocou para quando a segunda fase e quantos campos pensados. Temos este ano para trabalhar esse projeto. Neste momento não está decidido quantos campos. É evidente que não é preciso ir a Coimbra para ver que Lustosa está muito bem colocado, desde logo pelo fator distância, por ser uma das maiores freguesias, pelo facto do clube ter uma dinâmica forte e sobretudo na formação e portanto é fácil adivinhar que Lustosa está muito bem posicionado para ser um dos próximos a ser contemplados. Isto aqui sem estar de modo nenhum a antecipar critérios, mas é evidente que sejam quais forem os critérios, é óbvio que Lustosa há-de estar muito bem posicionado para o efeito. A curto prazo faremos uma reunião para falarmos sobre este assunto e ver como é que podemos trabalhá-lo. Relativamente aos médicos de família, sei que nestes últimos dias foi colocada mais uma médica para substituir alguém que foi aposentado. Por isso julgo que será para manter a não ser que haja um aumento de lista, porque em função das listas de utentes, há um número necessário de médicos. E, portanto tenho a garantia de que Lousada a esse nível terá a cobertura total. Com este problema que se resolveu recentemente em Meinedo com uma nova médica ficou o problema resolvido. Tínhamos o problema em Lustosa com a aposentação e com esta nova médica também ficará resolvido. E, depois temos ainda um médico que faz meio tempo, mas de qualquer modo o projeto Lustosa tem aquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que foi considerado pela estrutura local como as condições ideais para uma Unidade de Saúde, nomeadamente em termos de salas de enfermagem. O que lhe posso dizer é que em termos de espaço está preparado para ser uma unidade modelar, uma unidade exemplar. E naturalmente se temos as condições físicas, também depois temos que ter as condições humanas para que de facto aquela unidade de saúde seja uma referência. Não acredito que a esse nível iremos ter problemas, julgo que não. Temos a abertura total por parte quer aqui da estrutura local, quer da própria ARS e mesmo do senhor Secretário de Estado, a abertura para que de facto a nível da saúde Lousada fique com os problemas todos resolvidos. Deixaria esta intervenção do senhor presidente de Silveiras para o fim. Respondendo ainda ao senhor Dr. José Gonçalves, relativamente à zona industrial de Lustosa, que diz que nada se vê. Vê-se! Aliás há naquele espaço que está construído uma necessidade e interesse de começar a laborar de imediato, mas agora depararam-se com uma dificuldade, já que necessitam de um aumento de potência elétrica. Estão a colocar entraves e vou tentar ajudar. E depois há uma série de outros lotes que foram adquiridos e que seguramente que a curto prazo vão começar a construir. É evidente que há sempre o risco de especulação, é evidente, nós sabíamos disso quando tomamos esta iniciativa de baixar o preço. E por isso é que nós na altura aprovamos regras para alienação e está lá previsto. Elas foram aprovadas em reunião de Câmara, julgo eu, por unanimidade. Estão devidamente publicitadas no nosso site e as pessoas assinam o contrato onde se vinculam a essas regras. E são regras que foram definidas justamente para evitar a especulação imobiliária, porque sabíamos que havia esse perigo e não queríamos de modo nenhum que fosse motivo para a especulação, porque no fundo o que interessa à Câmara é que se construa e que haja ali o início da laboração quanto antes. E portanto foram definidos prazos para após a escritura entregar os projetos de licenciamento na Câmara para acabar a construção e para iniciarem a laboração. Foi também previsto que caso quisessem ceder a posição contratual é necessário o consentimento da Câmara Municipal e ficou previsto também a possibilidade da Câmara resolver o contrato caso chegue à conclusão de que não estão a ser cumpridos esses princípios e portanto no limite pode reaver os terrenos e pagando aquilo que recebeu por parte do adquirente. E, portanto nós por acaso hoje estivemos a falar com os serviços sobre este assunto, no sentido de fazermos uma abordagem com todos, para ver quais são as expectativas e os timings, as calendarizações de cada um desses adquirentes para irmos monitorizando este processo, mas futuramente ficamos atentos e é uma preocupação desde o início e isso não venha acontecer e temos os instrumentos necessários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para caso se verifique uma situação dessas podermos corrigir. Relativamente, à intervenção do deputado Ricardo Bessa Marques, a senhora vereadora já me explicou que quem estava com esse dossiê é a Dra. Carla Dias que entretanto entrou em licença de maternidade, julgo que vai regressar agora. Admito que o assunto foi deslizando um bocadinho, mas agora a curto prazo será reatado e marcado então uma reunião com o Conselho Municipal da Juventude. Por fim relativamente à intervenção do senhor presidente de Junta, eu confesso que fico confuso com algumas abordagens que senhor presidente faz, que às vezes parece, perdoe-me a expressão, bipolar, porque consegue ser por vezes a pessoa mais simpática do mundo, e nas outras vezes a pessoa mais desagradável. E, portanto acho que lhe fica mal algumas abordagens e nem sei se lhe deva responder. Mas as pessoas conhecem-me, as pessoas conhecem este executivo, as pessoas revêem-se na nossa postura, porque se assim não fosse não nos tinham dado estas vitórias sucessivas nos atos eleitorais. E, portanto o 25 de Abril já chegou de facto há muito tempo a Lousada e um bom exemplo do 25 de Abril é a forma como nós exercemos aqui em Lousada o poder local democrático. E, por isso acho que estive muito mal nas abordagens que fez, por exemplo, relativamente à questão de não se ter feito aquela cerimónia. O senhor diz que pretendemos que apenas o poder seja ouvido, mas eu não tive qualquer intervenção nas comemorações do 25 de Abril. O que eu pretendia dizer no ano passado é que deveria ser ponderado, mas se acham importante por mim tudo bem. Agora o que eu não quero é que aconteça aquilo que por vezes acontece, é que depois aparecem os mesmos do costume. Se acham que é importante, tudo bem, não há problema nenhum, antes pelo contrário, pois acho que quanto mais dignificarem essa comemoração tanto melhor. Quando o referi no ano passado foi a título de hipótese, mas se acham que é importante, tudo bem, não há nada a obstar e para o ano marca-se mesmo. E estou para ver como vai ser, se comparecemos todos. É isso que se pretende e que depois sobretudo se mantenha o registo todos os anos, porque para o ano é fácil estamos aqui todos. A questão é se depois vamos estar aqui todos os anos sempre com esse afínco. É essa a minha reserva, mas seguramente não tenho nada a obstar a que se faça essa cerimónia, antes pelo contrário, acho que é uma forma de dignificar essas comemorações. Relativamente à defesa sobretudo dos senhores vereadores que eventualmente são maltratados, que não são convidados, já estou farto de dar para esse peditório. Está numa série de atas de reunião de Câmara, está numa série de atas da Assembleia Municipal. O que eu digo e repito não é deste mandato é nos mandatos anteriores, os senhores vereadores estão sempre convidados para aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

são os eventos oficiais da Câmara Municipal. É evidente que eles não adivinham e se não tiverem conhecimento não têm condições para o efeito e por isso quando são eventos ou que são marcados em cima da hora, ou que não são habituais, temos o cuidado nomeadamente em sede de reunião de Câmara de informar, o que quer dizer que não falhe, admito essa possibilidade, mas temos o cuidado e por isso não tenho minimamente a consciência pesada nesta matéria. Os senhores vereadores são sempre muito bem-vindos em todas as cerimónias e em todos os eventos que a Câmara leva a efeito. E depois acho que também esteve muito mal quando referenciou um eventual tratamento diferenciado dos senhores presidentes de Junta. Eu acho que o senhor não tem, nem o senhor nem ninguém, a mínima razão de queixa, quer seja no atendimento, quer seja no telefone e às vezes a horas fora do aquilo que é o expediente. Nunca me neguei atender ninguém. Nem sempre posso atender, mas depois devolvo a chamada e por isso o senhor não tem o mínimo de razão de queixa nessa matéria. Acho que lhe fica mal algum tipo de abordagem, outras até fiquei sem perceber o que é que quis dizer com isso como quando falou aqui nas bancadas do Complexo Desportivo, que foram feitas à revelia ou sem consultar as pessoas. Não sei o que quer dizer com isso, mas é um disparate. Aliás estamos de facto a fazer obras no Complexo Desportivo na construção das instalações sociais e, como não podia deixar de ser, consultamos o clube que vai utilizar mais aquelas instalações, para saber a opinião deles e fizemos algumas afinações que resultaram dessa consulta. E, portanto nós não somos, nem temos a pretensão de ser, iluminados. Nós temos uma humildade reconhecida por todos, da qual nos orgulhamos e queremos preservar, portanto seja com os clubes, seja com os senhores presidentes de Junta, seja com o cidadão comum nós gostamos de ouvir opinião e de consultar sempre que se justifica esse tipo de abordagem. E, portanto, atitudes persecutórias não são connosco, não são comigo seguramente. Outra situação que lhe ficou muito mal, e que já não é a primeira vez que o refere, tem que ver com os projetos de licenciamento. O senhor manda para aí umas atoardas para ficar no ar a ideia de que há aqui um clientelismo. Já uma vez aqui numa Assembleia o senhor disse uma coisa que não gostei, disse que as obras fazem-se antes de ter a licença. Entretanto alguém me disse que o senhor presidente da Junta falou assim porque às tantas também tem um caso desses e estará a falar de experiência própria. Acho que temos que ser mais cautelosos, mais cuidadosos com a abordagem que fazemos. É certo que há obras que são feitas sem licença, mas depois temos as medidas de tutela da legalidade urbanística, com procedimentos e com igualdade de tratamento para todos. E posso dizer-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lhes quais são algumas dessas regras. Aliás, tenho em sede de processos de contraordenação critérios que foram definidos no início do mandato, para que haja uma abordagem igual para todos. Um desses critérios tem que ver com o facto de ser primário ou reincidente, outro é o facto de a obra ter sido entretanto legalizada, e nesses casos eu não aplico coimas, faço uma admoestação. Não faço favor nenhum, são critérios iguais para todos. Outro critério tem que ver com o aproveitamento económico, porque uma coisa é um cidadão comum fazer um muro sem licença, outra coisa é um empreiteiro construir um prédio sem licença, portanto tudo isso é devidamente avaliado. E portanto estou de consciência perfeitamente tranquila e repúdio por completo essas suspeições que o senhor de vez em quando aqui trás e portanto pegando nas palavras aqui do João, o senhor às vezes faz-me lembrar o Frei Tomás. E ainda sobre a Casa Mortuária pensei que esse assunto desagradável estava arrumado. O senhor falou de convites e já expliquei isso aqui numa Assembleia e até me custou, porque até acho que fui um pouco indelicado consigo, mas sabe que quem diz o que quer, ouve o que não quer. E às vezes o senhor obriga-me a dizer aquilo que não quero dizer. Agora pode ter a certeza que não sou um saco de boxe e portanto não estou para ouvir tudo e calar, a minha consciência não o permite. Por mais esforço que faça para preservar uma relação de cordialidade consigo, às vezes fico numa situação difícil, com algumas abordagens que o senhor tem aqui nesta Assembleia. Relativamente a essa matéria aquilo que o senhor fez foi uma sacanice, porque nenhum presidente de Junta faz um convite institucional a um presidente de Câmara, colocando na caixa do correio da sua residência um envelope, que nem estava sequer dirigido ao presidente da Câmara, mas estava antes dirigido ao cidadão Pedro Daniel Machado Gomes. Não brinque com coisas sérias. O senhor nunca quis convidar o presidente da Câmara. Tanto assim é que basta ver a placa que foi descerrada no dia da bênção da casa mortuária. Dessa placa consta o senhor padre que fez a bênção, o senhor presidente da Junta e o respetivo executivo, o que não é normal, e não consta o presidente da Câmara. Se o senhor não me quiser respeitar enquanto pessoa, pelo menos deve-me respeitar enquanto presidente de Câmara, porque fui eleito por uma larga maioria dos lousadenses.» -----

----- SEGUNDO PONTO- Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação conforme



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estabelece a alínea l), do número dois, do artigo vinte e cinco da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- TERCEIRO PONTO- Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017 -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «As contas apresentadas por este executivo para o ano de 2017. O que nós constatamos logo e é natural considerando o empréstimo que aqui também aprovamos, o aumento do passivo em um milhão seiscentos e cinquenta um mil trezentos e quarenta e um euros e trinta e sete cêntimos. Esta variação negativa é consequência do aumento da rubrica empréstimos de médio e longo prazo elegível há mais de um ano que aumentou no valor de um milhão e oitocentos e dezassete mil e trezentos e vinte seis euros e noventa e sete cêntimos. Ainda sobre aquilo que nos é apresentado podemos concluir que o resultado líquido da Câmara diminui e passou então de dois milhões cento e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e três euros e sessenta e seis cêntimos no ano de 2016, para um milhão trezentos e cinquenta mil seiscentos e sete euros e sessenta e nove cêntimos, mas para o ano de 2017. O que faz refletir nos indicadores a rentabilidade da Câmara. O resultado líquido diminui devido à diminuição dos resultados operacionais e dos resultados correntes é isso que as contas nos mostram. Aqui o que nos preocupa além dos resultados financeiros, despesas com empréstimos contraídos e apesar de aprovados por nós, não deixam de nos causar alguma preocupação. É a diminuição dos resultados operacionais que são o reflexo da atividade normal do município e segundo aquilo que nos é apresentado esta diminui. Esta diminuição do resultado líquido também tem como consequência clara a diminuição dos rácios de rentabilidade para o ano de 2017 face ao ano de 2016. Assim o rácio de solvabilidade também diminui de 1,57 para 1,55 no rácio de autonomia financeira apesar de referirem no relatório de gestão que se encontra acima do anterior o que não é totalmente verdade. Pois diminui de 61,16 % em 2016 para 60,73% em 2017. Apesar de se verificar que as receitas correntes são superiores às despesas correntes, o que é de saudar e aqui sempre foi dito e apresentado pelo Município, estas não são suficientemente elevadas para que o seu excedente gere receita suficiente para possíveis investimentos. Sendo fácil de concluir e vai na linha do que tem acontecido nesta assembleia com aprovação de empréstimos para obras avultadas que para se realizarem as obras de maior envergadura seja sempre necessário recorrer a empréstimos para fazer face a estas situações. Isto é particularmente importante em uma altura em que nós sabemos que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Fundos Comunitários são cada vez menores e mais seletivos. Ou seja, não permitem uma banda larga como anteriormente para fazermos obras para qualquer sentido, o que significa que esta diferença que existe e é verdade, mas começa a revelar aqui alguma preocupação, no sentido em que qualquer obra de grande envergadura, implicará sempre um empréstimo. Eu sei que virão aqui dizer feliz de nós que temos capacidade para endividarmos e para fazermos obra, é verdade. Mas não deixa de ser importante referirmos isto nesta Assembleia, feliz de nós que temos capacidade de endividamento aí, mas também não devemos deixar de nos preocupar no sentido em que as diferenças entre as receitas e as despesas já não é suficientemente grande que nos permita fazer obras sem estarmos permanentemente a recorrer a empréstimos. Os custos com pessoal continuam a representar um peso excessivo nas despesas recorrentes, pois representam 46,6% total das despesas e bem hoje provavelmente aumentarão e digo bem se aprovarmos a regularização de alguns trabalhadores da Câmara. Isto significa consequentemente um aumento salarial e por isso bem representarão o aumento destes 46%, aumentarão e continuarão a representar alguma preocupação relativamente aquilo que é a execução orçamental. Na evolução do endividamento verificamos que o somatório das responsabilidades constituídas pelas rubricas dívidas a terceiros, empréstimos bancários e locações financeiras aumentaram de 12 milhões, 410 mil, 232 euros e 80 cêntimos em 2016 para 14 mil, 217 mil, 862 euros e 30 cêntimos, ou seja os referidos 1 milhão, 807 mil, 629 euros e 50 cêntimos. Há que referir ainda uma questão que é recorrente aqui que é a certificação das contas ROC. E é importante voltar a realçar e não é uma questão de menor importância, ou seja, na certificação legal das contas, ainda constam e é importante dizer isto, ainda constam é uma questão recorrente, podem dizer que é uma questão menor, mas não é. Ainda constam os ênfases dos anos anteriores referidos que passamos a enunciar: Muitos imóveis que não estão inventariados e registados na Conservatória do Registo Predial e logo a avaliação dos resultados dos investimentos dos Quadros Comunitários nesses mesmos imóveis tornam muito difícil. Não, o ROC não disse isso, então se não diz retiro o que disse e assumo desde já. Penso que há isso na certificação do ROC. É uma coisa mais importante e que já foi referido aqui varias vezes e que ainda de revelar com mais ênfase que é a questão de não ter sido implementado na totalidade uma contabilidade de custos, análise por centro de custos e logo não se pode dizer com toda a certeza e já referirmos isto aqui várias vezes que as obras por administração direta que são uma das bandeiras da Câmara que se conseguem realizar a custos inferiores às adjudicações. Pois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

podem existir grandes ineficiências em toda esta gestão sem controlo. E se nós não temos ainda isto implementado, nós não podemos ter a certeza, no final, absoluta quanto foi o custo de obra e por isso podemos fazer comparações diretas entre aquilo que seria uma adjudicação e aquilo que é uma obra por administração direta, porque em todo o processo há aqui algumas ineficiências, é muito importante sobre todos os pontos de vista que esta ênfase não volte a parecer no relatório do ROC. Há ainda a referir que a fraca execução de despesas de capital e receitas de capital é bastante visível neste orçamento de execução. Será que as obras iniciadas no ano de 2017 estão em curso e logo ainda não se fizeram refletir nas contas de 2017, É uma questão que nós colocamos como possível explicação para esta constatação. Quando se elabora um orçamento que é uma previsão e a sua execução é baixa, com um executivo com tantos anos de experiência, há aqui sempre alguma desconfiança, que nós temos que colocar, são muitos anos de experiência. E depois há um orçamento que é apresentado e que é verdade que é um documento previsional, mas quando a execução deste orçamento é baixa, há aqui alguma coisa na gestão que está a falhar. Para concluir, dizer que quando nós olhamos para as contas como para outra realidade qualquer, depende da perspetiva com que nós olhamos. Podemos ver um copo meio cheio ou meio vazio, depende da forma como nós olhamos para isto e por isso terão toda a legitimidade para virem aqui rebater exatamente tudo aquilo que disse e eu poderei vir aqui ou não rebater exatamente a mesma coisa, porque os números são números, mas nós podemos olhar para eles de diferentes perspetivas. Há uma certeza a execução representa aquilo que foi as opções da Câmara. As nossas seriam diferentes e creio, caso contrário não estaria deste lado a falar, seriam melhores, mas esta é a nossa opinião.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «O CDS: «A análise que o Grupo Municipal do CDS-PP, faz à execução orçamental de 2017 da Câmara Municipal de Lousada, é coincidente com aquilo que tem sido os últimos anos. A Câmara tem manifestado uma execução orçamental da receita corrente em linha com o previsto assim como da despesa. Que manifestam saldo tradicionalmente excedentário que vai variando entre os dois milhões, um milhão e oitocentos, um milhão e novecentos e que dá uma margem de conforto para aquilo que é gestão corrente. Diversamente é aqui referido a questão em caso futuro da alteração do quadro dos fundos comunitários no próximo quadro ou quando surgir não haver tantos fundos para investimentos de capital. Já é referido que esta Câmara como outras Câmaras deste país não manifestam a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

capacidade para os suportar, podendo que o Estado Central, o Governo da República Portuguesa, ter que assumir estes custos. E é uma questão que acredito que quando surgir a Associação Nacional dos Municípios e esta Câmara terão que discutir e defender, provavelmente quem sabe através de uma moção conjunta, esse mesmo ponto junto do Governo da República Portuguesa. Relativamente, às receitas de capital temos aqui algumas questões referentes à sua execução. Notamos que a execução ficou abaixo do que estava orçamentado, na ordem dos sessenta e um virgula nove por cento. E a principal rubrica que originou o desvio foram as transferências da Administração Pública do Estado, nomeadamente através de alguns fundos. Nós gostaríamos de perceber qual a origem deste desvio de execução, se esteve relacionado com cativações por parte do Ministério das Finanças, se esteve relacionado com Políticas de Fundos Comunitários e a sua aplicação que não correu exatamente como o planeado. E, se não me engano foi na apresentação do relatório do ano passado, manifestou-se que havia um atraso no pagamento dos fundos e que está a originar um esforço de tesouraria da Câmara e se essa situação se mantém e quando é que se prevê a sua regularização por parte das autoridades competentes. Relativamente, agora olhando para o futuro e reconstatei que na ata de reunião de Câmara, o senhor presidente da Câmara, referiu que perante as alterações legislativas que se perspectivam ocorrer no verão a Câmara Municipal de Lousada, poderá ter uma verba adicional de um milhão de euros. A minha questão é? Esta verba adicional está relacionada com o acordo assinado entre PSD e PS, realizado recentemente e se no âmbito da Associação Nacional dos Municípios há alguma previsão de quais as competências transferidas, os impactos nas despesas e se o Governo da República Portuguesa tenciona ou não transferir as receitas necessárias para suprir estas despesas. Coloco esta questão, porque tradicionalmente tanto os governos do PS como dos governos do PSD ou PSD-CDS muitas vezes utilizam as transferências de competências para as autarquias para reduzir o défice orçamental, reduzindo de forma drástica aquilo que seria a receita necessária imputando à autarquia uma verba inferior aquilo que são as necessidades efetivas das competências transferidas. Estes são os pontos que nós temos a mencionar, a discussão política deste orçamento já foi feita no mandato anterior e como tal o CDS-PP, não tem nenhuma consideração a fazer, fizemo-la a seu tempo quando o orçamento foi apresentado e as respetivas alterações.» -----

----- Intervenção da Sra. Sandra Teixeira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhor presidente de Câmara, Vereadores, caros colegas, público e comunicação social. A apresentação das contas da Câmara Municipal de Lousada revela que a linha estratégica adotada tem resultados em linha com a confiança depositada neste executivo, traduzindo prosperidade para o Concelho e uma aposta segura e consentânea com o equilíbrio orçamental e financeiro que se verifica. Desde há longos anos que em todos os meses de abril discutimos nesta casa a Prestação de Contas do Município de Lousada e sempre com resultados plenamente positivos. É evidente que o papel da oposição é apontar falhas, nunca podemos escamotear a realidade dos números, porque essa é clara e merece o nosso elogio. Numa primeira e curta abordagem e interpretação dos números destaco os seguintes aspetos: primeiro, a execução orçamental da despesa e da receita aumentou face ao ano transato. A execução da despesa global cifrou-se em 85% e a da receita em 86%. O rácio de cobertura das despesas pelas receitas superou os 100%. A melhoria substancial na execução do plano plurianual de investimentos na ordem dos 67%. A dívida mantém-se bem baixa e controlada quando comparada com outros municípios da região ou de dimensão idêntica a Lousada, não atingindo nem de perto o limite exigido por lei. As despesas com o pessoal diminuíram apesar da reposição salarial, o que revela um esforço de contenção e gestão adequada dos recursos humanos. Por último, os indicadores económicos e financeiros demonstram e evidenciam o bom desempenho financeiro do município e o grau de autonomia financeira, na ordem dos 61%, continuando-se a provar a solvabilidade e a estabilidade financeira de Lousada. Assim sendo, estes são aspetos fundamentais na análise financeira das contas que hoje nos são apresentadas e mereceram aprovação em Reunião de Câmara. Destaca-se novamente um resultado líquido positivo em 2017 de 1.350 milhões de euros em sintonia com as prestações positivas de anos anteriores, o que revela uma gestão cuidada e com rigor. Concluo com a constatação de que continuamos a ter um Município com uma elevada saúde financeira e é por essa via que iremos aprovar esta prestação de contas.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «É só para dizer que o copo está meio cheio, do outro lado, está meio vazio.-----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando aqui pela intervenção do Dr. Pedro, a questão da baixa execução da despesa de capital, julgo ter a ver com os atrasos dos Fundos Comunitários, mas temos vindo a recuperar, agora já neste ano. Depois aquilo que eu disse na reunião da Câmara e pegando no copo meio cheio, meio vazio, temos todos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

admitir que temos dificuldades para grandes investimentos. É óbvio e porquê? Porque abdicamos de muita receita, colocamos os impostos todos nos mínimos e por isso para aqueles investimentos avultados precisamos ou de Fundos Comunitários ou de empréstimos. Não há outra via, infelizmente e porquê? Porque para além de nós termos prescindindo de receita e não quero ser repetitivo, mas tenho que voltar a falar no ano de 2010 e já ignorando todos os outros anos, mas situando só no último mandato a partir de 2014. E só para terem novamente a ideia do que isso representa para Lousada, nós em 2014 recebemos menos 1.720.000 euros do que recebemos em 2010 de transferências do Estado. Em 2015 1.126.000 euros, em 2016 1.018.000 euros e no último ano 2017 houve uma ligeira aproximação, mas mesmo assim ainda menos 731.000 euros do que aquilo que recebíamos em 2010. E, portanto estes anos de 2010 para 2017 foram terríveis, dramáticos. Eu percebo as dificuldades dos senhores presidentes de Junta, todos eles para fazerem face aos seus compromissos, a querer cumprir os anseios das suas populações. Costumo dizer, “pois senhor presidente mas eu tenho esse problema multiplicado por vinte e cinco”. E aqui está bem demonstrado o porquê da nossa dificuldade e portanto se contabilizamos só este diferencial de 2014 para 2017 estamos a falar de 4,6 milhões de euros. A obra que dava para fazer com esse valor! E, portanto onde nós temos um verdadeiro problema é ao nível das transferências do Estado. E o que eu disse na reunião de Câmara é que está previsto a par deste pacote de delegação de competências haver também uma alteração da Lei das Finanças Locais. No fundo nem é uma alteração é pô-la em prática. Na última reunião do Conselho Geral da ANMP, órgão do qual faço parte, questionei se havia alguma simulação de quanto é que resultaria por força desta nova abordagem para cada um dos municípios, porque interessava-me saber qual era o nosso aumento. A ANMP não tinha essa informação individualizada por município, provavelmente para que isso não deturpe muito a discussão, porque nós temos esse hábito de defender de uma forma muito afincada os nossos interesses e às vezes precisamos um pouco de abstração para que se defenda o interesse nacional. Mas não descansei enquanto não soube e obtive essa informação através de um colega do PSD. Pelos vistos o PSD fez esse trabalho, mas atenção que não passa de uma simulação. Essa simulação foi feita pelos critérios que estão previstos e a informação que me deram é que se esta iniciativa legislativa for aprovada na Assembleia da República, nós poderemos ter aqui uma correção dessa distorção na ordem de 1 milhão de euros. O que vem no fundo repor um sentimento de injustiça que o Município de Lousada tem, como tem o Município de Paços de Ferreira e muitos outros com a nossa dimensão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com muita população, com muitos problemas para resolver e que depois se comparamos com outras realidades não percebemos como é que nós temos tão pouca receita do Estado. Portanto, no fundo esta lei vem, espero eu, repor um pouco essa distorção e com uma perspetiva de um aumento até 2020. A par disso ainda há ou está a ser discutida também no seio da Associação Nacional dos Municípios uma repartição da receita do IVA pelas Câmaras Municipais. Discute-se se vai ser 2 ou 3%, mas aquilo que Associação Nacional de Municípios defende é que seja um pacote de 300 milhões a dividir pelos Municípios e portanto face à nossa dimensão também não é difícil de adivinhar que poderá vir a ser um valor substancial, porque aí é que nós ficamos com o nosso problema resolvido com capacidade para fazer esses grandes investimentos. E, portanto nestes últimos anos a estratégia foi a de aproveitar ao máximo os Fundos Comunitários e gerir o serviço de dívida com responsabilidade. Já aqui foi dito que aumentamos os empréstimos em 2017, é verdade. Mas temos que ver este aspeto noutro prisma, ou seja uma análise do mandato e se nós compararmos aquilo que era a nossa dívida bancária a 31 de dezembro de 2013 para 31 de dezembro de 2017, baixamos o valor da dívida bancária e portanto isso na minha perspetiva é que é fazer uma gestão equilibrada, porque também não podemos parar, temos que prosseguir com a política de investimentos que são necessários para o desenvolvimento do concelho. Relativamente à contabilidade de custos, eu peço a vossa compreensão, eu sei que tenho sido repetitivo, tenho dito quase todos os anos que está quase e afinal nunca se concretiza, mas a informação que eu tenho é que estão criadas as condições para este ano concluirmos o processo, porque a desmaterialização dos processos foi implementada em todas as unidades orgânicas. Todas as unidades orgânicas estão a trabalhar com a desmaterialização de processos e no caso em concreto as requisições já estão a tramitar pela aplicação dos armazéns e portanto isso é fundamental para se concluir este processo. E, portanto tenho a informação dos serviços que este ano temos condições para começar de modo que a um de janeiro esteja a 100%. De qualquer modo queria esclarecer e já o tenho feito nos anos anteriores que apesar disso, nós temos forma de saber quanto é que custa em concreto cada uma das obras de administração direta, porque os materiais e a mão-de-obra são desagregados e os serviços tratam no fundo a administração direta como fosse um a empreitada, havendo um dossier de obra e portanto uma contabilização de todos esses custos. Relativamente às ressalvas do ROC, elas são cada vez menos. Aquela questão que julgo que referiu tem a ver com o registo dos imóveis, também são cada vez menos. Aliás, esta lista que está aqui já está desatualizada, porque nós já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

registamos a maior parte desses imóveis que estão aqui identificados, mas isso não tem qualquer efeito na Prestação de Contas. Portanto falta agora duas ou três situações em que há um deles que ninguém sabe o que é, e portanto na dúvida, também não vou eliminar o artigo, fica assim, não se consegue identificar o que seja aquilo. Depois há ali três situações em que uma Fábrica de Igreja arroga a sua propriedade, aquilo é de domínio público, está lá, é usufruído por toda a gente. Não vou entrar por aí, portanto também não considero que seja importante. Tudo o resto fica resolvido, mas isso não tem qualquer influência na Prestação de Contas. Relativamente à outra ressalva tem que ver com a avaliação que foi feita do domínio público aquando da implementação do POCAL. O ROC já me explicou que tem que dizer isto e que em todas as prestações de contas os ROC'S fazem isso, porque como eles não estiveram envolvidos na avaliação do domínio público tem que dar por boa aquela informação que receberam dos serviços. É mais uma ressalva, mas de qualquer modo, isso não tem qualquer influência nas contas. Sendo certo que todos os investimentos do domínio público posteriores a 2002 estão devidamente inventariados. E os anteriores também julgamos nós que sim, que estão corretos. Só que é sempre discutível quanto é que vale um caminho público. Depois dar nota de que relativamente ao IMI, ficou abaixo daquilo que era a previsão, portanto confirma-se a dita redução gradual da receita em função também daquilo que foi a redução gradual da taxa. Em termos de execução não vou repetir-me, portanto acho que tivemos uma boa execução em termos de PPI com um aumento substancial de 43 para 67,21% e foi determinante os grandes investimentos nos equipamentos desportivos, na rede viária e no saneamento. Ao nível da receita também houve um aumento considerável para 86,2%, na despesa também para 84. Sublinho a importância no que respeita às despesas correntes numa execução de 90.5, consequência de uma execução de 100%. E aqui queria dar-vos uma informação que considero relevante e foi com estas medidas que nós conseguimos contornar as dificuldades que há pouco referi, que foi aposta que fizemos na iluminação pública, que a determinada altura algumas pessoas duvidaram se seria uma medida acertada ou não, se não seria preferível esperar de que a EDP fizesse esses investimentos. Nunca tive dúvidas e temos dados que confirmam exatamente o acerto dessa decisão. Nós gastamos em iluminação pública em 2017, 430 mil e 530 euros, ou seja, face a 2016, diminuámos a despesa em 47,27%, ou seja nós em 2016 tínhamos gastos 816 mil euros. E porquê? Em 2015, gastamos mais ainda, porque foi naquele ano em que começamos a montar as luminárias, houve uma primeira fase e uma segunda fase, porque se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

compararmos com aquilo que era a nossa despesa em 2015 e nos anos anteriores era de 908 mil euros, ou seja uma poupança de 52%. Portanto é um investimento que se vai pagar em dois, três anos no máximo. Fica bem demonstrado o acerto desta medida. Depois, na despesa de capital, também houve aqui uma execução de 73%. Apesar de não ser aquilo que desejaríamos por força daquela circunstância que referi. Mas no fundo eu diria em resumo que isto demonstra que houve aqui rigor na elaboração dos documentos previsionais, houve cumprimento dessas regras provisionais como não poderia deixar de ser. Sublinho que continuamos a financiar despesa de capital por receita corrente, o que é muito positivo. E todos anos há um elevado grau de execução das receitas correntes que demonstra esse rigor na elaboração dos documentos previsionais. Ao nível da poupança corrente, portanto a diferença entre as receitas correntes e a despesa corrente houve uma manutenção do nível elevado superior a 3,4 milhões de euros. Já aqui foi dito que o peso da despesa com pessoal diminui relativamente ao ano anterior. O que demonstra a contenção que tem havido nesta área. Sendo certo que no próximo ano vamos aumentar como é óbvio por força das correções que temos que fazer a este nível, nomeadamente com a regularizações e com os concursos que estão a decorrer. A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresentam valores próximos do ano anterior, portanto há aqui uma boa capacidade de gerar receitas próprias e apresentamos no fundo uma capacidade financiamento interno e um grau de independência satisfatório. Ao nível da situação económico-financeira mantem-se uma capacidade considerável de financiamento de receitas próprias e controladas pelo município. Portanto, isto ao nível dos rácios da estrutura da receita e da despesa e ao nível da liquidez e solvabilidade são valores semelhantes do ano anterior que por sua vez já eram claramente positivos e portanto o município continua a ter uma grande capacidade de solver os seus compromissos a curto prazo. O valor da dívida a curto prazo diminuiu consideravelmente em janeiro, aliás é um drama que temos, porque a última prestação de IMI, chega muito tarde. Aliás, isto devia ser alterado, o Estado normalmente faz a transferência em meados de dezembro, o que não dá tempo para processar as ordens de pagamento, fazer as transferências e portanto transita muita dívida sempre todos os anos e por isso que o saldo de gerência tem o valor que tem, muito expressivo, mas em janeiro faz-se muitos pagamentos e portanto é um bocadinho falacioso a questão da dívida de curto prazo. Ao nível da dívida de médio e longo prazo, já aqui referi que baixamos de 2013 para 2017. E destaco aqui que continuamos com uma capacidade de financiamento invejável de 62,3%. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que significa que no limite poderíamos contratualizar 21 milhões de euros de empréstimos. Relativamente ao resultado do exercício é inferior a 2016, mas com resultados operacionais, claramente positivos. E portanto o município continua de facto a apresentar aqui uma situação económica perfeitamente equilibrada e sólida. Comentava ontem com um amigo que hoje na Assembleia Municipal um dos principais assuntos era a Prestação de Contas. Ele disse-me que não deve ser um assunto fácil para a oposição criticar. Em jeito de brincadeira, disse-me que “É como criticar o Ronaldo! Podemos não gostar dele, mas temos que lhe reconhecer o mérito....» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2017, conforme estabelece a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º e o número 2 do artigo 27º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas (C & Ribas Pacheco), em cumprimento do número 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) ” -----

----- A proposta número um foi aprovada por dezanove votos a favor e quinze abstenções dos seguintes membros: João Pedro Bessa Leite de Carvalho em substituição do membro efetivo Júlia Maria Ferreira Ribeiro, Pedro Teixeira Mendes em substituição do membro efetivo António José Pacheco Mendes, Maria Candida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Manuel Dias Furtado, Cidália de Lurdes Pereira Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Com declaração de voto do seguinte membro: António Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: “Nós abstemo-nos. Claramente esta não é a nossa execução, também não é a execução do nosso orçamento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

as nossas opções seriam diferentes e, como disse, acreditamos seriam melhores. Relativamente à execução queria congratular-me por uma questão que aqui várias vezes foi colocada e que só hoje, de forma cabal, foi respondida, e é importante referir isso. Eu fui das pessoas que várias vezes aqui questionei, apesar de ter aprovado, sem reservas, a questão do empréstimo para a colocação dos LED'S, mas sempre coloquei em questão os estudos, os dados e os números. Hoje, pela primeira vez, tive uma resposta cabal sobre esta situação e pelas palavras do senhor presidente, nas quais acredito e faço fé e não tenho nenhuma razão para duvidar, porque pelos documentos nós não conseguimos chegar a esse número específico que nos é dado. Assim, o que vou dizer é com alguma ironia e já pelo adiantado da noite podia agora dizer só para ser do contra, que um relógio parado está certo duas vezes por dia, mas acho que foi uma decisão acertada e em boa hora o Município decidiu contrair um empréstimo que nós aprovamos para a iluminação LED.» -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão. -----

----- QUARTO PONTO- Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2018 -----

----- Explicação do Sr. Presidente da Câmara: «Só para explicar uma aparente contradição com aquilo que acabei de dizer. É que se reparem há aqui um reforço na iluminação pública, que excede o valor que disse que gastamos em 2017. Só que temos que duplicar a verba, porque estamos com dois procedimentos, neste momento. Temos que ter cativação para um concurso público, que está em fase de adjudicação e ao mesmo tempo um ajuste direto, por força do facto de termos sido confrontados com a necessidade de resolvermos o problema, uma vez o concurso público que existia na CIM, ficou deserto. A solução foi o ajuste direto imediato com o prestador de serviços que nos estava a servir e ao mesmo tempo abrir um concurso público. Há aqui uma fase em que está em duplicado, mas depois vamos fazer uma alteração orçamental para corrigir. E, por outro lado também não referi há bocado, vamos agora resolver aqueles problemas de iluminação pública que ainda estão por resolver. Naturalmente que não vamos pôr postes e luminárias em todos os lados, mas volto a dizer que onde há habitações será tudo resolvido.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa e a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2018, nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por dezanove votos a favor e catorze abstenções dos seguintes membros: João Pedro Bessa Leite de Carvalho em substituição do membro efetivo Júlia Maria Ferreira Ribeiro, Pedro Teixeira Mendes em substituição do membro efetivo António José Pacheco Mendes, Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Manuel Dias Furtado, Cidália de Lurdes Pereira Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- QUINTO PONTO- Aprovação para Assunção de Compromissos Plurianuais para Aquisição de Serviços de Transportes Escolares, em Transporte Coletivo de Passageiros (passes escolares) para o ano letivo de 2018/2019 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “ A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos distintos, de acordo com os seguintes valores: ano de dois mil e dezoito – 148.000,00€ (cento e quarenta e oito mil euros, acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

(6%) e ano de dois mil e dezanove – 198.000,00 (cento e noventa e oito mil euros, acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor (6%), referente ao contrato de aquisição de serviços de transportes escolares, em transporte coletivo de passageiros (passes escolares) para o ano letivo de 2018/2019, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (Lei n.º 87/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual). ”-----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- SEXTO PONTO - Aprovação da Nomeação do Conselho Municipal de Educação -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «A bancada do PSD, vai votar favoravelmente à nomeação dos membros propostos e votados para o Conselho Municipal de Educação. Sendo que, queria colocar três questões rápidas e bastante objetivas ao senhor presidente e ao vereador da educação. A primeira questão, que gostaria de colocar e a toda a gente que está aqui presente, eu fui umas das candidatas ao Conselho Municipal da Educação, a representar os professores do ensino secundário, democraticamente perdi e aceitei, contudo e fiquei muito bem representada. O ensino secundário fica muito bem representado, pela professora Lúcia Neto, pela qual nutro extremo respeito, sou amiga, isso não interessa para o caso como é evidente, mas além de sermos amigas reconheço-lhe muito profissionalismo. A questão que queria colocar é uma questão formal e uma questão informal, sendo que queria colocar outra questão de conteúdo. A primeira questão formal é: Senhor vereador se me puder responder ou senhor presidente se tiver conhecimento, o senhor vereador tem, porque dirigi-lhe um email no processo de candidatura. Qual é a vantagem de um professor ou um membro candidato a um processo eleitoral, apresentar uma carta de motivação pessoal e de admissão, sem que ela depois seja dada a conhecer ao universo, que vai eleger essa mesma candidatura? Na minha carta de candidatura e de motivação pessoal, eu como mera técnica de educação e professora do ensino secundário, candidatei-me na sequência de um email que me foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dado a chegar pelo meu diretor, pelo email institucional do qual não vou relatar, email esse que solicitava à participação ativa dos colegas da escola. E, eu como cidadã ativa que me reconheço, bem mais de trinta anos, apresentei a candidatura, em tempo útil e expus a seguinte motivação: “Os motivos que movem a minha candidatura a membro do Conselho Municipal da Educação de Lousada, prende-se com o facto de considerar ter conhecimentos, competências e experiências específicas, tanto académicas como profissionais que legitimam o interesse em participar numa lógica de cooperação com os restantes conselheiros neste tão importante órgão concelhio. É meu intuito contribuir com a minha postura de abertura e colaboração pró-ativa e assertiva na identificação de estratégias e medidas que promovam o sucesso dos alunos de Lousada, em particular acautelar e promover que chegados ao ensino secundário sejam acauteladas as estratégias para a construção de um perfil de aluno para este nível de ensino que decorra do perfil nacional, mas também o elencar dos constrangimentos e dificuldades auscultadas, para que sejam diluídas as discrepâncias em relação ao padrão nacional do desejado perfil. Não descurando a concertação no que a um projeto educativo municipal e supra municipal concerne, quer pela via da transdisciplinaridade proposta das adaptações curriculares ideal constante com as competências a desenvolver com carácter premente em nome da real dimensão das necessidades e do projeto de vida que estes alunos tem que colocar em prática quando saem do ensino secundário, quer para a integração no ensino superior, quer no mundo do mercado de trabalho. E termino, bem hajam Maria Cândida Novais”. Esta é uma questão de suma menos importância se e só se este dado fosse dado a conhecer ao universo dos votantes. A questão é que, o universo dos votantes que iriam eleger os membros candidatos não tiveram acesso a esta informação. A questão que coloco reiteradamente é se senhor vereador e senhor presidente, acham útil pedir e solicitar uma carta motivacional e de admissão num organismo público para funções públicas, é um órgão meramente consultivo, eu sei, mas sem dar a conhecer ao universo dos votantes. A segunda questão é informal, senhor vereador esta é para si, diretamente. Estivemos juntos num jantar de homenagem de uma entidade organizada por uma entidade privada do concelho e ouvi-o dizer a uma colega, que por acaso é a colega que concorreu, não te esqueças de concorrer. No dia a seguir era o último dia do concurso. A questão que coloco é esta: Senhor vereador, eu sou uma mera professora do ensino secundário. Eu não tenho aqui um dístico na cabeça a dizer a Cândida Novais, é um alvo a eliminar. Não se sinta senhor presidente e senhor vereador diminuído ou afrontado ou então uma questão de medo. Conhece-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

me de outros fóruns e sabe que a minha postura realmente é uma postura um bocadinho acutilante, assertiva, mas tenho experiência profissional, tenho experiência suficiente para abarcar este projeto. Não fiquei minimamente melindrada. E, agora um pequeníssimo pormenor, no dia a seguir que era um dia que estava cheíssima de trabalho e portanto fui votar. Tenho familiares meus que pertencem a estas escolas “ó pá esqueci-me, desculpa ó pá. Esqueci-me de votar, nem me lembrei de lá ir”. O que é engraçado quando cheguei à escola disseram assim, ouve lá, mas que é que se passa. E, eu assim, não percebi. É que anda toda a gente a pedir para não votar em ti. Esta semana passada uma colega que eu não conheço e para que saibam a escola secundária de Lousada é ocupada, é dos cargos 70%, não quero mentir, mas 70%, 80% por cento por colegas que não são do concelho de Lousada. Eu fiz contas à votação que tive e disse assim, ora bem quem é que teria votado em mim. Toda a gente faz estas contas. O certo é que vieram-me dizer votei em ti. Não precisas de explicar que votaste em mim. Os que votaram em mim eram de Lousada, não é tristeza menina. A questão que lhe estou a colocar aqui é esta: Esta semana passada, senhor vereador veio uma colega minha de fora e disse-me assim, por coincidência no bar encontramos-nos e apresentei-me, não nos conhecíamos por forças das circunstâncias e diz-me ela: “Há, tu é que és a Cândida? Sou, mas porquê? Isso é bom ou mau. Não, ouvi dizer que tinhas muito carisma. Bom, isso é ótimo”. Senhor vereador, a questão formal é pertinente, a questão informal, relego. A terceira questão é uma questão de conteúdo. Eu e o senhor fazemos parte de outros órgãos. O senhor como eu sabe da minha preocupação, trabalhamos imensos anos juntos e sabe a minha preocupação com as questões da educação. E, eu estou preocupada no sentido de saber se vai levar a este Conselho Municipal de Educação, a questão do projeto Educativo Municipal. Se vai, gostaria de saber qual é o ponto da situação, qual é a monitorização do projeto, que plano estratégico tem para o município, para educação? E, já agora o senhor não estava aqui no início da reunião e permita-me que lhe pergunte, concorda com a entrega de vouchers aos alunos, cuja falta não é justificada, inclusivamente para os profissionais, tendo os professores que repor aulas, se for o caso dos alunos decidirem e os pais autorizarem ir ao Rally, que acho muito bem. Concorda o senhor que esta seja uma boa medida para promover o absentismo escolar. Em tempos em que o senhor era meu diretor isto nunca lhe passaria pela cabeça. Se lhe passava a transmissão que nos dava era nunca, jamais, em tempo algum, a educação é feita com objetivos pedagógicos, com fins pedagógicos e faltar às aulas não é um bom



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

princípio pedagógico.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Só um apontamento rápido. Acho que tenho que fazer sobre esta questão e pode ajudar a esclarecer a Cândida. Na minha escola, foi divulgada a carta ou o texto de motivação, foi inclusivamente afixado no placar os três, nomeadamente o da Cândida, da colega e da representante do terceiro ciclo. Todos tiveram acesso e não houve campanha para não votar em ti. Não ouvi comentário nenhum, as coisas correram muito bem. Não sei como foi nas outras instituições. Só para dizer isso, porque de facto todos tiveram acesso.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É uma coisa que me parece simples. Todos os elementos do Conselho Municipal de Educação foram eleitos democraticamente. Sim, pois claro, os que são inerentes como devem imaginar. Todos os outros foram alvos de uma eleição. Acho realmente quando nós debatemos o alongamento destas sessões, que devemos deixar o ego de lado, porque os procedimentos foram iguais para todos os colaboradores. Eu por acaso trabalho na mesma instituição e não recebi a carta de apresentação por parte de nenhum dos outros colegas. Isto para dizer o quê? Que ainda bem, que o procedimento foi idêntico nas diferentes escolas, porque assim a votação é representativa. Por acaso frequento os mesmos corredores e lhe garanto que não ouvi ninguém a dizer para não votar em si. Era só isto que queria acrescentar relativamente à questão do Conselho Municipal de Educação, são eleitos, foram os resultados que foram. Temos de aceitar.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Vou pedir ao senhor vereador para que responda com brevidade face ao adiantar da hora e à preocupação que ouvimos aqui na última Assembleia, com o deslizar da Assembleia para outro dia. Aliás, atrevo-me aqui a citar uma declaração que a senhora deputada Dra. Cândida Novais proferiu e é o seguinte: *“ninguém tem paciência, tempo, sanidade mental para nos aturar”*. Eu tenho, posso estar aqui até às cinco, seis da manhã, não há problema nenhum.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador da Educação António Augusto Silva: «De uma forma telegráfica, acho que primeira questão está respondida, a senhora deputada Cidália, respondeu. E para mim é uma novidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

provavelmente houve aqui qualquer lapso na afixação em alguma escola. A segunda questão tem a ver com alguma conversa que teria tido com uma senhora professora. Eu efetivamente admito que possa ter conversado sobre o assunto. Não consigo reconstituir, mas tudo isto como devem imaginar é feito num contexto, em que muitas vezes as candidaturas ficam desertas. Há uma justiça que me devem fazer, eu ando aqui há trinta anos e se eu quisesse ter alguma intervenção no processo não teríamos que repetir a eleição para o pré-escolar. Eu teria encontrado uma senhora educadora para ter concorrido logo na primeira eleição, portanto não tive qualquer intervenção, porque se quisesse tentar condicionar e arranjar pessoas, eu tinha arranjado, nomeadamente para o pré-escolar, o que não aconteceu e tivemos que repetir passado quinze dias ou três semanas depois a eleição. Achem que há três décadas quase aqui não arranjava alguém para concorrer. Isto prova que não me meti absolutamente em nada. Em relação ao Rally, quem tem que decidir se os alunos devem faltar ou se não devem faltar, se aquilo que vão fazer e que vão ver será mais importante que uma aula ou não, são os encarregados de educação que põe no impresso a sua assinatura. Não podemos substituir-nos aos encarregados de educação, nem podemos passar aos encarregados de educação uma certidão de menoridade. É isto que tenho a dizer e a responder.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da composição do Conselho Municipal da Educação, conforme proposta apresentada, nos termos do art.º 5.º e 6.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15/01, alterado pela Lei n.º. 41/2003, de 03/07 e pelo Decreto-Lei n.º. 72/2005, de 11/05.” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- SÉTIMO PONTO - Aprovação do Processo de Delimitação Administrativa - Lodares - Penafiel (anteriormente freguesia de Novelas) --

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente só queria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deixar aqui uma sugestão, relativamente a este assunto que é o seguinte: Esta questão dos limites administrativos entre concelhos é também um problema dos limites administrativos entre freguesias. Há aqui várias questões. Ainda há dias o presidente de Junta Macieira me colocou essa questão e há muitos casos de alguma conflitualidade e alguns problemas entre freguesias com pessoas a terem residência numa freguesia e terem os terrenos ou as habitações registadas em outras freguesias o que cria graves problemas. Eu deixo aqui uma sugestão ao município incluindo porque não sei o que vai ser daqui para a frente a questão da reforma administrativa e do que pode ser para futuro com estas questões que podem serem alteradas. Mas que se possa fazer ao nível técnico, porque as questões tem de ser sobretudo também técnicas um estudo elaborado no concelho de Lousada para corrigir algumas situações que em função da construção que foi feito ao longo dos anos tem vindo criar alguns constrangimentos às populações. E que é sempre muito complexo que os presidentes de Junta decidam sobre essas questões, porque envolve um conjunto de questões muitas vezes emotivas e portanto era preciso que tecnicamente que se repensasse como houve outros concelhos que o fizeram. Eu recorro aqui às uns anos falar no concelho da Amadora, no concelho da Guarda, no concelho de Vila Verde que fizeram essas questões a propósito da reforma administrativa que hoje tem as situações normalizadas. Não faz sentido que uma casa numa rua esteja numa freguesia ou até alguns casos, casas no meio de outras freguesias. Acho que essa questão ou ilhas ou o problema principal são as ilhas, não faz sentido.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Jorge Magalhães, presidente da Assembleia Municipal: «Só para lhe dar nota do seguinte, senhor presidente de Junta como sabe, fui presidente de Câmara deste município durante anos. Essa questão foi-me posta logo desde o início que fiquei à frente dos destinos do Município. E, de facto fizemos algumas diligências e foram bastantes contundentes, resolveu-se num caso ou noutro, porque há trinta anos era uma preocupação efetiva, percebia-se de facto os limites entre freguesias ia ser uma preocupação adiante, porque a construção estava a deturpar de uma forma clara e a redundar nos problemas que referiu. Certo é que um ou outro caso se consegui resolver e ultrapassar. Estava a ver o senhor presidente de Junta de Covas, recorda-me de uma situação entre Sousela e Covas, que não conseguimos de modo nenhum ultrapassar, até por uma questão de ordem não se consegui ultrapassar e que efetivamente aconteceu num lado e outro. Eu lembro que na sua freguesia de Pias e Boim estive tudo preparado, devidamente salvaguardado, a freguesia de Pias assumi,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Boim acabou por não assumir, precisamente a delimitação que era fácil naquela altura. Agora é perfeitamente incompreensível e difícil de resolver. Mas os autarcas na altura foram soberanos nas decisões que tomaram, estavam legitimados para o efeito. É só para dar nota de que não se descurou estas situações. Não obstante, se percebe que agora provavelmente será mais difícil, não quer dizer que não se consiga, mas é provavelmente mais difícil.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente de Câmara: «Acrescentava só, que a meu ver, a questão não é técnica, a questão é política e por mais estudos técnicos que se façam, se os senhores presidentes de Junta não se entenderem, se não houver acordo quanto aos limites, não vale a pena, no limite só o tribunal é que tem competência para decidir quem tem razão. Portanto, nada a objetar se em casos pontuais nos pedirem colaboração ou técnico, tudo bem, mas confesso que considero que a questão não é técnica, é política mesmo.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação dos limites territoriais entre as freguesias de Lodares do concelho de Lousada e a freguesia de Penafiel (anteriormente freguesia de Novelas) do concelho de Penafiel, para cumprimento do n.º 1 do art.º 14º do Decreto-lei n.º 172/95 de 18 de julho.”-----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- OITAVO PONTO - Aprovação da Renovação do Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém para "Gestão e Manutenção da Mata de Vilar -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da renovação do Acordo de Execução a celebrar entre o Município de Lousada e a Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, através da transferência anual de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

15.500,00€, relativo à delegação de competências respeitante à gestão e manutenção da Mata de Vilar, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- NONO PONTO- Aprovação da Renovação do Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém para "Gestão e Manutenção do Parque de Vilar; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da renovação do Acordo de Execução a celebrar entre o Município de Lousada e a Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, com o montante anual de 23.000,00€, relativo à delegação de competências respeitante à gestão e manutenção do Parque de Vilar, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Sandra Maria Ferreira Teixeira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- DÉCIMO PONTO - Aprovação da Adenda ao Acordo de Execução de "Obras e Melhoramentos da Rede Viária e Espaços Públicos" celebrados com as Juntas de freguesia do concelho -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente, quando vi este ponto, na ordem da agenda fiquei enquanto presidente de Junta, um bocadinho admirado. Isto não era suposto que tivessem falado com os presidentes de Junta. Eu sei que isto é uma questão que nós já assumimos, normalmente. Mas não era suposto terem falado connosco e nós já teríamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

isto, que vamos ter que levar às Assembleias de Freguesia, porque assim a lei exige e as Assembleias de Freguesia que foram feitas durante este mês de abril já tinham resolvido e aprovado este ponto para poder ter execução. É assim nós estamos permanentemente atribuir números de portas em cada uma das freguesias, esta é a primeira questão. É assim e depois em tom de brincadeira, há bocadinho o senhor presidente disse: que eu era bipolar ou parecia bipolar. Posso ser bipolar, tripolar, canhoto, maneta, seja o que for. Agora há uma coisa que tenho, sempre tive na minha vida, ser muito frontal naquilo que digo, olhos nos olhos, às pessoas com correção que pode ser feita e tendo sobretudo uma questão que em democracia se chama direito à indignação. Aquilo que expressei há bocado foi precisamente a minha indignação. Da mesma maneira que também o faço e também o louvo quando em outras circunstâncias. É isso que acho que uma pessoa normal costuma fazer. Não é ser sempre monocórdico. Sobre este aspeto fica sobretudo a dúvida, o porquê de não ter sido questão. E cá está, há bocadinho vem-me dar razão, não fomos ouvidos. Se agora na minha junta de Freguesia, por hipótese que fosse, dissesse ao senhor presidente não quero assumir esta competência, não preciso disto para nada, só me dá trabalho. O senhor tinha que assumir. Estou no meu direito. Aliás o que a lei diz, a lei 75 é que estas questões são direito administrativo, tem que ser negociadas. Isto é uma questão menor, mas pelo menor também se vê um bocadinho como às vezes as coisas podiam ser um pouco diferentes. É só isso que quis dizer é como as coisas podiam ser um pouco diferente. E aqui está a prova.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente de Câmara: «Como toda a gente percebeu esta proposta é apenas para confirmar aquilo que é uma prática com anos e anos. Eu dava por adquirida e certamente todos senhores presidentes de Junta davam por adquirido que estava devidamente enquadrada do ponto de vista legal. Só que recentemente, a propósito de um caso em concreto, vim a verificar que devia estar no acordo de execução. Portanto, não há aqui uma nova competência para as Juntas. As Juntas vão fazer exatamente aquilo que têm feito. Esta deliberação é só para que quando a Câmara for questionada, como foi recentemente por uma conservatória fora do concelho, a propósito de uma certidão que foi passada pela junta de freguesia, possa expressamente referir o enquadramento legal da delegação de competências. E, confesso que não estava a perceber qual era a dúvida da conservatória e depois percebi. E, portanto, percebo que podíamos quanto mais não fosse por essa situação de ter que levar também, mas isto não é nada de urgente, porque estive assim anos e anos. Isto é para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

regularizar, se não tiveram condições para ir agora a esta Assembleia, levam às próximas, não há problema nenhum. Não acho que seja motivo para lhe responder com o mesmo tom de voz que costumo falar.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da minuta de aditamento ao Acordo de Execução de “Obras e Melhoramentos da Rede Viária e Espaços Públicos”, de forma a alterar a redação alínea e) do n.º 3 da cláusula primeira do contrato, no sentido de incluir no conjunto das competências delegadas nas freguesias, também a competência para atribuição dos números de polícia aos prédios sitos na freguesia, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09.”-----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - Aprovação da Alteração das Normas de Controlo Interno e Normas de Execução do Orçamento de 2018; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, aprovação da alteração das normas de execução orçamental anexas ao orçamento para o ano de 2018, nomeadamente o n.º 1 e 2 do artigo 16.º, que passará a ter a seguinte redação: “ 1 – Na celebração de contratos públicos a que seja aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos é obrigatória a utilização da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Lousada. 2 – O disposto no número anterior não é aplicável ao procedimento de ajuste direto previsto no número 2 do artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos e ao procedimento de ajuste direto simplificado previsto no artigo 128.º do mesmo Código”, em conformidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com alínea a) do número 1 do artigo 25.º, da lei número 75/2013 de 12/09” -
----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e
dois votos.-----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro
Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo
Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e
Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e
Barrosas Santo Estevão). -----

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO - Aprovação da Regularização
Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública -
Aditamento ao Mapa de Pessoal; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número
dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à
Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação do aditamento ao Mapa de
pessoal de 2018 dos postos de trabalho correspondentes a atividades de
natureza permanente não ocupados, que se revelaram em número
insuficiente, devendo ser aumentados em número estritamente necessário
para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas anteriormente
pelo órgão executivo, configurando em 10 o número de postos de trabalho
a criar, devidamente contemplados no orçamento, atendendo a que os
restantes postos de trabalho necessários se encontram previstos nos postos
vagos constantes do Mapa de Pessoal para 2018, o qual passará a refletir: 1
posto de trabalho para a carreira de técnico superior para as funções de
arquitetura - atividade prevista no Anexo A ao mapa de Pessoal para 2018
– ponto 1.2.4.; 1 posto de trabalho para a carreira de técnico superior para as
funções de jurista - atividade prevista no Anexo A ao mapa de Pessoal para
2018 – ponto 1.2.23.; 1 posto de trabalho para a carreira de técnico superior
para as funções de educação- atividade prevista no Anexo A ao mapa de
Pessoal para 2018 – ponto 1.2.11., com a licenciatura em Ciências da
Educação; 2 postos de trabalho para a carreira de assistente técnico para as
funções de administrativo- atividade prevista no Anexo A ao mapa de
Pessoal para 2018 – ponto 1.3.1.; 1 posto de trabalho para a carreira de
assistente operacional para as funções de cantoneiro de arruamentos-
atividade prevista no Anexo A ao mapa de Pessoal para 2018 – ponto
1.4.5.; 1 posto de trabalho para a carreira de assistente operacional para as
funções de jardineiro - atividade prevista no Anexo A ao mapa de Pessoal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para 2018 – ponto 1.4.13.; 1 posto de trabalho para a carreira de assistente operacional para as funções de pedreiro - atividade prevista no Anexo A ao mapa de Pessoal para 2018 – ponto 1.4.15.; 2 postos de trabalho para a carreira de assistente operacional para as funções de serviços gerais - atividade prevista no Anexo A ao mapa de Pessoal para 2018 – ponto 1.4.20., nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 conjugada com o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29/12 e com o n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06 – LTFF” -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.-----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO - Aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Macieira - Construção da Casa Mortuária;-

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Macieira, no valor de 22.174,39€, destinado à Construção da Casa Mortuária de Macieira, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.-----

----- E com as seguintes declarações de voto dos membros: António Filipe Barbosa do Partido PPD-PSD: “Nós votamos favoravelmente, mas não podemos deixar de ressaltar aqui uma questão. Eu sei que me dirão que o pedido desta vez foi feito de outra forma e teve outro enquadramento, mas não deixa de ser verdade que o anterior presidente de Junta, de algum modo, sempre reclamou esta verba e o vereador Leonel Vieira também, em reuniões de Câmara, sempre reclamou a atribuição desta verba para a Junta de Freguesia de Macieira. Uma vez que ela também se devia ao facto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

saldar dívidas antigas, que não eram da responsabilidade do executivo PSD. Por isso votamos favoravelmente, porque sempre o defendemos, não deixamos de salientar, aqui, alguma mudança no critério”. -----

----- E de João Correia do Partido Socialista: “O Partido Socialista como é óbvio votou favoravelmente. Acho que não houve alteração de critério nenhum. O critério é o mesmo critério que consta do regulamento e das práticas que tem vindo a ser seguidas. Aquilo que houve foi sim, tanto quanto eu percebi, aperceberam-se que a parte mais infraestrutural não tinha entrado. Portanto foi conseguido o apoio até ao seu máximo e foi corrigida uma situação que estava errada no passado. Penso que foi por esse o motivo e daí tenhamos votado favoravelmente”. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- DÉCIMO QUATRO PONTO - Aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Sousela - Reparação da Cobertura da Casa Mortuária -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número doze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Sousela, no valor de 3.591,60€, destinado à reparação da cobertura da Casa Mortuária de Sousela, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09” -----

----- A proposta número doze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.-----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- DÉCIMO QUINTO PONTO - Conhecimento da Revogação do Reconhecimento de Estatuto de "Projeto de Interesse Municipal" - Famo - Indústria de Mobiliário de Escritório, Lda. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Primeiro, porque aprovamos aqui uma série de reconhecimentos de interesse municipal e agora há uma marcha atrás, se assim quisermos nesta questão com a FAMO. Queria tentar, eu sei que foi a FAMO que pediu, mas queria tentar perceber a razão, até porque há uma razão que queria deixar e que não é segredo para ninguém, porque já é quase conversa de café, a possibilidade da FAMO abandonar. É assim, é conversa de café, vale o que vale, mas não posso deixar de dizer aqui, eu disse qual a minha fonte, conversa de café. A possibilidade da FAMO abandonar o município de Lousada, até porque isto não é conversa de café, comprou umas instalações noutra concelho. Por isso a pergunta é: Alguma relação entre isto? Segundo, está a Câmara Municipal de Lousada, empenhada ao máximo e pessoalmente para que esta empresa que em Lousada tem vários postos de trabalho, não abandone o Município? Até porque podemos dizer que ou podemos dar um exemplo, já houve uma empresa, que só é líder mundial, na área que é a IMARFER, que também já abandonou o Município e não foi para muito longe, só passou para o outro lado da estrada. E se calhar às vezes enquanto outros recebem empresas, nós vemos as nossas a fugir. Por isso é uma preocupação esta questão. Há alguma relação entre uma coisa e outra. Está o executivo empenhado ao máximo para evitar que esta conversa de café, não seja na verdade um facto? -----

----- Resposta do Sr. Presidente de Câmara: «O reconhecimento que fizemos aqui na Assembleia Municipal e na Reunião da Câmara de Projeto de Interesse Municipal, destinado a conceder uma série de benefícios fiscais, destinavam-se a uma perspetiva de um investimento, que a FAMO estava a equacionar, porque precisava de resolver um problema ao nível da carpintaria. Portanto a parte da serralharia funcionava e funciona aqui em Lousada, a carpintaria já não funcionava aqui, julgo que era em Freamunde, mas que não tinha condições para o efeito. E portanto na altura a administração falou comigo e eu fui facilitador ao máximo dessa necessidade da FAMO. Fui eu que sugeri à Administração da FAMO que na falta de outra hipótese estudassem a possibilidade de expandir para o lado do loteamento habitacional. E, por isso é que isto tem algum tempo, entretanto saberão, certamente que no âmbito do PDM, houve ali uma retificação da área de acolhimento empresarial, justamente para viabilizar esses investimentos. Acabaram por adquirir uma série de lotes atrás das duas instalações, para fazer esse investimento e entretanto requereram também o reconhecimento do público desse projeto. Só que entretanto foram confrontados com uma oportunidade, foi à praça, decorrente do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

processo de falência, as instalações da Wood One e portanto compraram aquelas instalações e já instalaram lá a carpintaria. E portanto as informações que eu tenho é de que isso é para manter. Aliás quando saiu aquela notícia já há largos meses da compra dessas instalações pela FAMO, era dia de reunião, lembro-me perfeitamente, até pensei que me iam questionar logo nesse dia. E tive o cuidado de ligar com o CEO da empresa, e deu-me nota disso, que foi uma oportunidade e que iam lá instalar a carpintaria. E portanto a Câmara tem tido uma atitude para com todas as empresas e no caso em concreto da FAMO, não é uma empresa qualquer, é uma referência no concelho e por isso que nós atribuímos-lhes a medalha de ouro de mérito municipal, pela sua história e pelo papel determinante que ela tem no nosso tecido empresarial, naturalmente que estaremos sempre disponíveis para contribuir na resolução de todos os problemas que a FAMO, possa ter ou qualquer outra empresa. A esse nível queria dizer, que contrariamente aquilo que por vezes pode ouvir ou possam ouvir no café, Lousada está de facto com muita procura por parte de empresas. Em Caíde de Rei, por exemplo uma semana atrás abriu uma nova empresa que trabalha para grandes marcas que foi muito criteriosa na seleção e que aposta muito na formação e nas regalias sociais. Temos mais projetos e muitos interessantes e não é meramente conversa, são projetos mesmo para avançar com aquisições de terrenos já feitos. Não no nosso, um dos deles é no nosso loteamento industrial, formalizou o pedido há dias, uma empresa na aérea metalomecânica que vem de Felgueiras para cá. Uma outra que se vai instalar ao lado da JUNGLE POWER e que vai precisar de muita mão-de-obra, altamente qualificada. E aqui também em Boim tem sido uma série de investimentos atrás dos outros. Há dias também uma outra empresa ligada a acabamentos de alumínio, que se certamente por força da LOUSALU, sim Boim/Pias, naquela aérea industrial ou zona de acolhimento empresarial que abrange mais que uma freguesia. E, portanto Lousada está mesmo com muita procura e acho que isso não nos deve descansar relativamente aqui à FAMO, como é óbvio. Portanto, não tenho registo de dificuldades e portanto tenho informação de que não há esse perigo.» -----

----- Neste ponto a Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta de revogação do contrato de concessão de benefícios fiscais, no âmbito do Estatuto de Projetos de Interesse Municipal, apresentado pela Empresa Famo- Indústria de Imobiliário de Escritório, Lda. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DÉCIMO SEXTO PONTO - Conhecimento do Relatório de Execução Orçamental e Financeira da 4.^a Trimestre de 2017 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 4º trimestre de 2017, apresentado pelo Conselho de Administração da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda., conforme disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho. -----

----- DÉCIMO SÉTIMO PONTO - Conhecimento dos Documentos de Instrumentos de Prestações de Contas do ano de 2017 -Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciados os instrumentos de prestação de contas do exercício de 2017, da empresa “ Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda., conforme disposto no nº 1 do art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho. -----

----- DÉCIMO OITAVO - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa; b) Comissão de Acompanhamento da Ação Social -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação, por escrutínio secreto, da proposta número treze do seguinte teor: “Os membros com assento na Assembleia Municipal de Lousada propõem para representantes para: a) Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa: Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente de Junta de freguesia de Sousela, Armando Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia Lustosa e Barrosas Santo Estevão e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia Cristelos, Boim e Ordem; b); Comissão de Acompanhamento da Ação Social: Maria do Céu Rocha, João Carlos Fonseca, Eduarda Ferreira, Alexandra de Fátima Bessa, Maria Cândida Novais.”-----

----- A proposta número treze a) foi aprovada por trinta e um votos a favor e um nulo.-----

----- A proposta número treze b) foi aprovada por trinta e um votos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

favor e um nulo; -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos. -

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Cidália de Lurdes Pereira Neto, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão). -----

----- Era uma hora e quarenta e cinco minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
